



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXV — N.º 5

TÉRÇA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1970

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 4.ª SESSÃO EM 6 DE ABRIL DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOAO
CLEOFAS

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Catete Pinheiro — Lobão da Silveira — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Manoel Villaça — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — José Leite — Josaphat Marinho — Carlos Lindenbergs — Eurico Rezende — Paulo Torres — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Carvalho Pinto — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Celso Ramos — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
MENSAGENS

N.º 1/70 (n.º 10/70, na origem), de 30 de março do corrente ano — agraciando a Mensagem do Presidente do Senado Federal que comunicou a realização da Sessão Solene de instalação do Congresso Nacional na 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura.

MENSAGEM N.º 3, DE 1970 (N.º 34/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer do Senhor Embaixador Lucillo Haddock Lobo para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Costa Rica, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Os méritos do Senhor Embaixador Lucillo Haddock Lobo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 3 de abril de 1970. —
Emílio Garrastazu Médici.

Em 31 de março de 1970.

DP/DAC/73/312.4

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem relativa à indicação do Senhor Embaixador Lucillo Haddock Lobo, ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para o exercício da função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Costa Rica, conforme preceituam os

artigos 22 e 23 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. A fôlha de serviço do Embaixador Lucillo Haddock Lobo bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o currículum vitae do Embaixador Lucillo Haddock Lobo o qual, juntamente com a mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal, para exame e decisão de seus ilustres membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barbosa.

“CURRICULUM VITAE” E INFORMAÇÕES AMPLAS DO MINISTRO LUCILLO HADDOCK LOBO.

Nascido no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em 23 de março de 1916. Diplomado pelo Instituto Rio Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. Sócio Correspondente da Sociedade Brasileira de Geografia. Curso de Formação, destinado aos membros permanentes da Escola Superior de Guerra. Diplomado pela Escola Superior de Guerra no Curso Superior de Guerra. Membro Correspondente da Sociedade de Geografia em La Paz. Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico.

2. Ingressou na carreira de Diplomata como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em junho de 1941; Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, em dezembro de 1945; Primeiro-Secretário, por antigüidade, em janeiro de 1954; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em junho

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície
Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Número avulso NCr\$ 0,20

O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02

Assinatura Via Aérea
Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

Tiragem: 26.000 exemplares

de 1958; Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em maio de 1969.

3. Durante a sua carreira exerceu as seguintes funções no exterior: Cônsul de Terceira Classe em Buenos Aires, de janeiro de 1944 a dezembro de 1945; Cônsul de Segunda Classe em Buenos Aires, de dezembro de 1945 a julho de 1946; Segundo-Secretário em Buenos Aires, de outubro de 1946 a julho de 1948; Segundo-Secretário em Roma, de abril de 1953 a janeiro de 1954; Primeiro-Secretário em Roma, de janeiro de 1954 a julho de 1955; Ministro-Conselheiro na Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, de setembro de 1958 a março de 1960; Ministro-Conselheiro em Bogotá, de junho de 1960 a fevereiro de 1962; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, em comissão, junto ao Governo da República do Equador, de outubro de 1964 a março de 1967; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Dominicana, de 1968 a 1969.

4. Além dessas funções, o Embaixador Lucillo Haddock Lobo exerceu as seguintes missões e comissões: Asses-

sor da Divisão de Assuntos Internacionais da Escola Superior de Guerra, em 1949 e 1950; à disposição da Missão Especial da Argentina, por ocasião da posse do Presidente Getúlio Vargas, em janeiro de 1951; Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, em fevereiro de 1951; Delegado às solenidades comemorativas da dirigibilidade no ar e inauguração do monumento a Santos Dumont, em Paris, em junho de 1952; à disposição de Sua Excelência o Sr. Karl Gruber, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, durante sua visita oficial ao Brasil, de julho a agosto de 1952; Membro da Comissão Executiva da Semana da Asa de 1952, no Rio de Janeiro; Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de novembro de 1955 a julho de 1958; Membro da Missão para rever a aplicação dos Tratados de Petróleo com a Bolívia, em maio de 1957; à disposição do General-de-Exército Alíredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, por ocasião de sua visita ao Brasil em setembro de 1957; Assessor do Ministro das Relações Exteriores na Entrevista Especial dos Chanceleres do Brasil e da Bolívia, em Corumbá, e Roboré, em janeiro de 1958; Membro da Delegação do Brasil incumbida das Negociações de Atos Internacionais Bra-

Deputados, em novembro de 1955; Representante do Ministério das Relações Exteriores na Assessoria Técnica Parlamentar da Secretaria da Presidência da República, em abril de 1956; Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Colonização e Imigração, em agosto de 1956; Secretário-Geral da comissão instituída para estudar e propor medidas e providências necessárias ao atendimento das disposições do Tratado sobre Petróleo, celebrado com a Bolívia em 1938, em fevereiro de 1957; Membro da Missão Especial designada para concertar com o governo boliviano as providências necessárias ao atendimento dos tratados celebrados com a Bolívia em 1938, em maio de 1957; à disposição do General-de-Exército Alíredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, por ocasião de sua visita ao Brasil em setembro de 1957; Assessor do Ministro das Relações Exteriores na Entrevista Especial dos Chanceleres do Brasil e da Bolívia, em Corumbá, e Roboré, em janeiro de 1958; Membro da Delegação do Brasil incumbida das Negociações de Atos Internacionais Bra-

sil—Bolívia, em fevereiro de 1958; Membro da Missão Especial à Colômbia, em maio de 1958, com a categoria de Conselheiro em Missão Especial; Delegado Suplente do Brasil à reunião do "Comitê dos 21", da O.E.A., em Washington, em novembro de 1958; Encarregado de Negócios em Bogotá, de outubro a novembro de 1960; de novembro a dezembro de 1960 e de maio a setembro de 1961; Delegado Substituto na O.E.A., de dezembro de 1958 a janeiro de 1959; de abril a maio de 1959, de maio a junho de 1959, de junho a outubro de 1959, e de dezembro de 1959 a janeiro de 1960; Representante do Brasil no 5.º Período de Sessões da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café, em Washington, em outubro de 1960; Representante do Brasil na reunião do Convênio Internacional do Café, em Washington, em setembro de 1951; Chefe da Divisão da América Meridional, em fevereiro de 1962; Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra, em abril de 1962; Representante do Itamarati na reunião convocada pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, sobre exportação de bananas para a Argentina, em agosto de 1962, em São Paulo; Secretário-Geral-Adjunto, substituto, para Assuntos Americanos, de agosto a dezembro de 1962; Membro Suplente da Comissão de Promoções, em outubro de 1962; Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Americanos, em fevereiro de 1963 a abril de 1964; Chefe da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores, em abril de 1953; Membro da Delegação ao III Período de Sessões da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, em setembro de 1963; Subchefe da Comissão Executiva para dirigir os Trabalhos da I Reunião de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Continente Americano, em Montevideu, em dezembro de 1963; Representante do Ministério das Relações Exteriores na Junta Coordenadora de Informações do Conselho de Segurança Nacional, em março de 1964; Presidente do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Amazônicos, em junho de 1967.

5. Dos assentamentos pessoais do Embaixador Lucillo Haddock Lobo verifica-se que:

- a) foi diversas vezes elogiado pelo desempenho dado às missões e comissões que lhe foram confiadas;
- b) não consta dêles qualquer nota desabonadora.

6. O Embaixador Lucillo Haddock Lobo, que se encontra, atualmente, no Rio de Janeiro, é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Paraguai, conforme preceituam os artigos 22 e 23 da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961.

Secretaria de Estado, em 31 de março de 1970. — Ayrton G. Dieguez, Chefe da Divisão de Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM N.º 4, DE 1970 (N.º 35/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

De acordo com o preceito constitucional tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer do Senhor Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Paraguai, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº. 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. Os méritos do Senhor Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 3 de abril de 1970. — Emílio Garrastazu Médici.

Em 31 de março de 1970.

DP/DBP/72/312.4

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem relativa à indicação do Senhor Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, ocupante de cargo de Ministro de Primeira

Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para o exercício da função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Paraguai, conforme preceituam os artigos 22 e 23 da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961.

2. A fólya de serviço do Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o currículum vitae do Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes o qual, juntamente com a mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal, para exame e decisão de seus ilustres membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barbosa.

"CURRICULUM VITAE" E INFORMAÇÕES AMPLAS DO EMBAIXADOR LAURO ESCOREL RODRIGUES DE MORAES

Nascido em São Paulo, Estado de São Paulo, em 13 de setembro de 1917. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Diplomado pela Escola Superior de Guerra, em 1953.

2. Ingressou na carreira de Diplomata, por concurso, em 10 de dezembro de 1943, como Cônsul de Terceira Classe; Segundo-Secretário, por merecimento, em maio de 1950; Primeiro-Secretário, por merecimento, em janeiro de 1954; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em outubro de 1961; Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1968.

3. Durante sua carreira, o Ministro Lauro Escorel Rodrigues de Moraes exerceu as seguintes funções: Cônsul de Terceira Classe, em Boston, em 1964; Terceiro-Secretário, em Washington, em 1949; Segundo-Secretário, em Washington, em 1950; Primeiro-Secretário, na Santa Sé, em 1945; Primeiro-Secretário, em Buenos Aires, em

1957; Ministro-Conselheiro, Encarregado de Negócios a.i., em Belgrado, em 1963; Ministro-Conselheiro, em Roma, em 1963; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil, em comissão, junto ao Governo da República da Bolívia, de 1965 a 1967.

4. Além dessas, o Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes exerceu as seguintes funções e comissões: Suplente do Representante do Ministério das Relações Exteriores, junto ao Conselho Nacional de Geografia, em junho de 1945; Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração, em setembro de 1945; Secretário da Delegação do Brasil à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington, em março de 1951; Assessor da Delegação do Brasil à I Reunião do Conselho Cultural Interamericano, no México, em setembro de 1951; Assessor da Delegação do Brasil à VII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em outubro de 1952; designado para servir no Departamento de Estudo da Escola Superior de Guerra, em abril de 1953; nomeado para exercer o cargo de Adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra; Auxiliar do Gabinete do Ministro de Estado, em novembro de 1953; Assessor da Delegação do Brasil na I Conferência Interamericana, em Caracas, em março de 1954; Conselheiro da Embaixada Especial para representar o Brasil nas solenidades comemorativas do LXXX Aniversário Natalício de sua Santidade o Papa Pio XII e do XVII Aniversário da coroação de sua Santidade, em Roma, em março de 1956; Membro da Delegação do Brasil à posse do Presidente da República Argentina, em maio de 1958, com a categoria de Conselheiro em Missão Especial; Chefe da Comissão de Acordos com a Bolívia, em março de 1960; Membro da Comissão para elaborar as instruções para a Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial do Conselho da OEA encarregada de formular novas medidas de cooperação econômica (Comitê dos 21), em agosto de 1960; Conselheiro da Delegação do Brasil ao III período de Sessões da Comissão Especial para estudar a formulação de nova medida de cooperação econômica (Comitê dos 21), em Bogotá, em setembro de 1960; Representante do

Itamarati no Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar agenda das negociações com a Iugoslávia, por ocasião da visita do Marechal Tito, ao Brasil, em março de 1961; Membro do Grupo de Trabalho para elaborar e estudar a Agenda das Conversações entre os Presidentes Jânio Quadros e Arthur Frondisi, em abril de 1961; Substituto do Chefe da Divisão Cultural, em maio de 1961; Chefe, interino, da Divisão Cultural, em junho de 1961; Chefe, substituto, do Gabinete do Ministro de Estado, em outubro de 1961; Chefe do Departamento Cultural e de Informações em outubro de 1961; Membro efetivo da Comissão Educacional Brasil—Estados Unidos da América, em 1962; Delegado do Brasil para acompanhar os Trabalhos do Congresso Internacional de Redatores-Chefs, em Roma e Nápoles, em junho de 1962; Convocado pelo Governo alemão para assistir ao Festival de Berlim, em 1962; Enviado Extraordinário em Missão Especial, para representar o Brasil nas solenidades de posse de Sua Excelência o General da Fôrça Aérea René Barrientos Ortúñoz, Presidente Constitucional da Bolívia, em 1966; Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da África e do Oriente Próximo, em dezembro de 1967; Secretário-Geral para Assuntos Americanos, em julho de 1969; Chefe da Delegação do Brasil à VI Reunião da Comissão Especial Brasil—Argentina de Coordenação, em 1969; Chefe da Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial do CIES, em novembro de 1969; Chefe da Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial do CIES, em fevereiro de 1970; Chefe da Delegação do Brasil à II Reunião da Comissão Mista Brasil—Equador, em janeiro de 1970.

5. Dos assentamentos pessoais do Ministro Lauro Escorel Rodrigues de Moraes verifica-se que:

- a) foi muitas vezes elogiado na longa carreira pelo desempenho dado às Missões e Comissões que lhe foram confiadas;
- b) não consta deles qualquer nota desabonadora;
- c) é casado com a Senhora Sarah Escorel de Moraes de nacionalidade brasileira.

6. O Embaixador Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, que se encontra

presentemente em Brasília, é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Paraguai.

Secretaria de Estado, em 31 de março de 1970. — Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM N.º 5, DE 1970

(n.º 37/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional e nos termos dos artigos 22 e 23, parágrafo 3.º, da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, combinados com o artigo 4.º da Lei n.º 4.415, de 24 de setembro de 1964, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Jurandyr Carlos Barroso, ocupante de cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Dominicana.

2. Os méritos do Senhor Jurandyr Carlos Barroso, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 3 de abril de 1970. — Emílio G. Médici.

Em 31 de março de 1970

DP/DAC/74/312.4

MRE/DP/DAC/74/312.4/1970/2.

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência, conforme preceituam os artigos 22 e 23, parágrafo 3.º, da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, combinados com o artigo 4.º da Lei n.º 4.415, de 24 de setembro de 1964, o anexo projeto de

mensagem relativa à indicação do Senhor Jurandyr Carlos Barroso, ocupante de cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para o exercício da função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Dominicana.

2. A fólya de serviço do Ministro Jurandyr Carlos Barroso bem o recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o currículum vitae do Ministro Jurandyr Carlos Barroso, o qual, juntamente com a mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame e decisão de seus ilustres membros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barbosa.

"CURRICULUM VITAE" E INFORMAÇÕES AMPLAS DO MINISTRO JURANDYR CARLOS BARROSO

Nascido em Barra do Piraí, Estado do Rio, em 26 de julho de 1913, Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1936. Diplomado pela Escola Superior de Guerra, no Curso Superior de Guerra, em 1955.

2. Ingressou na Carreira de Diplomata como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 29 de março de 1939; promovido a Cônsul de Segunda Classe, por antigüidade, em 10 de dezembro de 1945; promovido a Primeiro-Secretário, por antigüidade, em 14 de dezembro de 1953; Conselheiro, em 27 de dezembro de 1961; promovido a Ministro de Segunda Classe, por antigüidade, em 4 de novembro de 1966.

3. Durante sua carreira, o Ministro Jurandyr Carlos Barroso exerceu as seguintes funções no exterior: Cônsul de Terceira Classe em Port-of-Spain, de 5 de maio de 1942 a 10 de dezembro de 1945; Cônsul de Segunda Classe em Port-of-Spain, de 10 de dezembro de 1945 a 2 de agosto de 1946;

Cônsul-Adjunto em Paris, de 28 de junho de 1949 a 18 de março de 1952; Segundo-Secretário em Praga, de 21 de março de 1952 a 15 de dezembro de 1953; Primeiro-Secretário em Praga, de 16 de dezembro de 1953 a 4 de maio de 1954; Primeiro-Secretário em Montevidéu, de 10 de março de 1958 a 27 de dezembro de 1961; Conselheiro em Montevidéu, de 27 de dezembro de 1961 a 23 de janeiro de 1964; Cônsul-Geral no Havre, de 10 de julho de 1967 até a presente data.

4. Além dessas funções, o Ministro Jurandyr Carlos Barroso exerceu as seguintes missões e funções: Encarregado do Consulado em Port-of-Spain, de 16-9-1944 a 31-12-1945. Chefe de Comunicações na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, agosto de 1947 no Rio de Janeiro. Encarregado do Consulado Geral em Paris, de 18-10-1950 a 28-11-1950. Encarregado da Legação em Praga, de 12-12-1952 a 2-1-1953, de 27 de março de 1953 a 24 de abril de 1953, de 22 de novembro de 1953 a 6 de fevereiro de 1954 e de 31 de março de 1954 a 3 de maio de 1954. Chefe da Divisão do Material do Ministério das Relações Exteriores, de março de 1956 a fevereiro de 1958. Membro do Grupo de Trabalho Misto em Montevidéu, em novembro de 1961. Encarregado de Negócios em Montevidéu, de 25 de julho de 1961 a 3 de agosto de 1961 e de 19 de dezembro de 1961 a 31 de dezembro de 1961. Diretor interino do SEPRO, em 2-4-1962. Chefe substituto do SEPRO em Montevidéu, em 15-10-1962. Chefe da Divisão de Atos Internacionais, em 27-1-1964. Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, em 4-3-1964. Observador Brasileiro na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, em Genebra, de 29-11-1965 a 23-12-1965. Observador Brasileiro na 21.ª Sessão da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, em Genebra, em 1966.

5. Consultados os assentamentos pessoais do Ministro Jurandyr Carlos Barroso, verificou-se que:

- a) nada deles consta que o desabone;
- b) foi diversas vezes elogiado pelo desempenho dado às mis-

sões e comissões que lhe foram confiadas; e

c) é casado com a Senhora Luiza Ferreira Barroso, de nacionalidade brasileira.

6. O Ministro Jurandyr Carlos Barroso, que se encontra presentemente no Havre, onde exerce as funções de Cônsul-Geral, é indicado para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Dominicana.

Secretaria de Estado, em 31 de março de 1970. — Ayrton Gil Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(*A Comissão de Relações Exteriores.*)

MENSAGEM N.º 6, DE 1970

(n.º 38/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional e nos termos dos artigos 22 e 23, parágrafo 3.º, da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, combinados com o artigo 4.º da Lei n.º 4.415, de 24 de setembro de 1964, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer da Senhora Beata Vettori, ocupante de cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Senegal.

2. Os méritos da Senhora Beata Vettori, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 3 de abril de 1970. — Emílio G. Médici.

Em 31 de março de 1970.

DP/DAF/15/312.4

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à assinatura de Vossa Excelência, conforme

preceituam os artigos 22 e 23, parágrafo 3º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, combinados com o artigo 4º da Lei nº 4.415, de 24 de setembro de 1964, o anexo projeto de mensagem relativa à indicação da Senhora Beata Vettori, ocupante de cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para o exercício da função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Senegal.

2. A fôlha de serviço do Ministro Beata Vettori bem a recomenda para as altas funções que o Governo de Vossa Excelência pretende confiar-lhe.

3. O Itamarati elaborou o *curriculum vitae* do Ministro Beata Vettori, o qual, juntamente com a mensagem ora submetida à assinatura de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame e decisão de seus ilustres membros.

Aproveito a oportunidade para re-novar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barbosa.

"CURRICULUM VITAE" E AMPLOS ESCLARECIMENTOS DA EMBAI-XADORA BEATA VETTORI

Nascida no Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1909.

2. Ingressou na carreira de Diplomata como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em junho de 1934; promovida a Cônsul de Segunda Classe, por antigüidade, em fevereiro de 1938; promovida a Cônsul de Primeira Classe, por antigüidade; em março de 1948; Conselheiro, em setembro de 1951; promovida a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em outubro de 1960.

3. Durante sua carreira exerceu as seguintes funções no exterior: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Buenos Aires, de 1938 a 1942; Segundo-Secretário na Embaixada em Bruxelas, de 1945 a 1948; Cônsul-Adjunto

em Londres, de 1948 a 1951; Cônsul em Cardiff, de 1953 a 1959; Cônsul-Geral em Londres, de 1961 a 1963; Cônsul-Geral em Dusseldorf, de 1963 a 1965; Cônsul-Geral em Pariz, de 1965 a 1968; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Equador, de 1968 até a presente data.

4. Além dessas, a Embaixadora Beata Vettori exerceu as seguintes missões e comissões: à disposição do III Congresso Feminino, em outubro de 1938; Secretário-Adjunto da II Conferência Sul-Americana de Radiocomunicações, no Rio de Janeiro, em 1937; Secretária da Delegação Brasileira à Conferência Panamericana de Técnica Aeronáutica, realizada em Lima, em 1957; Encarregada do Consulado-Geral em Buenos Aires (janeiro e fevereiro de 1939); Assessora da Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão de Rio Branco, em 1948; representante do Brasil no Congresso Internacional de Mulheres, em Paris, em novembro de 1945; representante do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil na Reunião do Conselho Internacional de Mulheres, em Bruxelas, em 1946; representante das Associações Femininas do Brasil no Congresso Internacional de Mulheres, em Paris, em setembro de 1947; Encarregada do Consulado-Geral em Londres (de junho a julho de 1948 e em julho de 1951); representante do Instituto Rio Branco no Instituto de Educação, Ciência e Cultura, em novembro de 1951; Primeiro Presidente da Comissão para julgar propostas de fornecimento de material destinado ao IRB, em dezembro de 1951; Assessora técnica da banca examinadora de Geografia Econômica do C.P.C.D., do Instituto Rio Branco, em 10 de julho de 1952; Presidente da banca examinadora de francês e inglês, para candidatos a bolsas de estudos da

UNESCO; Assessora técnica da banca examinadora de Política Econômica e Direito Internacional Privado do C.P.C.D., do Instituto Rio Branco, em 1º de agosto de 1962; Assessora técnica da banca examinadora de inglês do C.P.C.D., do Instituto Rio Branco, em 9 de agosto de 1952; Secretaria Executiva do IBECC, de 30 de novembro de 1958 a 22 de maio de 1959; Chefe da Divisão do Pessoal, em 17

de setembro de 1959; Membro da Comissão incumbida de proceder à Tabula de Representação, para o ano de 1960; Membro do Grupo de Trabalho de Transferência para Brasília, em 1959; Membro do Grupo de Trabalho para o Serviço Diplomático Brasileiro (G.S.D.), em dezembro de 1959; membro da Comissão incumbida de organizar a lista de Mestre, de Escrevente-datilógrafo à série funcional de Auxiliar Administrativo; de Mensageiro à série funcional de Servente, em 1959; membro do Grupo de Trabalho para o estudo de sistema de formação e aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), em fevereiro de 1960; Chefe, interino, do Departamento de Administração, em maio e dezembro de 1960.

5. Verifica-se dos assentamentos pessoais da Embaixadora Beata Vettori que:

- a) nada consta dos mesmos que a desabone;
- b) foi diversas vezes elegida pelo desempenho dado às missões e comissões que lhe foram atribuídas.

6. A Embaixadora Beata Vettori, que se encontra atualmente no exercício da função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Equador, é indicada para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Senegal

Secretaria de Estado, em 31 de março de 1970. — Ayrton G. Dieguez, Chefe da Divisão do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

AVISO

DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

N.º 136/GM, de 25 de março de 1970, comunicando a inauguração, à 13 de março, do viaduto "B" do sistema viário do novo terminal rodoviário de Belo Horizonte..

OFÍCIO

DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado, autógrafos do seguinte Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 1, de 1970

(N.º 2.066-769, na Casa de origem)

Estende aos ocupantes interinos de cargos de Tesouraria, amparados pelo art. 50 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963, o disposto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 146, de 3 de fevereiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Aplica-se o art. 1.º do Decreto-Lei n.º 146, de 3 de fevereiro de 1967, a partir de sua vigência, aos titulares dos cargos nêle previstos, admitidos em regime de interimidade e amparados pelo art. 50 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para atender às despesas resultantes da aplicação da presente Lei.

Parágrafo único — O decreto de abertura do crédito indicará a receita correspondente (art. 61, § 1.º, letra e, da Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda Constitucional, n.º 1, de 17 de outubro de 1969).

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA
DECRETO-LEI N.º 146

DE 3 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre vencimentos dos Tesoureiros-Auxiliares do Serviço Público Federal e Autárquico, e Conferentes das Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências.

Art. 1.º — Os atuais titulares efetivos de cargos de Tesoureiros, amparados pelo art. 11 da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ou beneficiados pela Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952, de Tesoureiro-Auxiliar e de Conferente das Caixas Econômicas Federais nomeados até 24 de

junho de 1964, passam a integrar a parte suplementar do respectivo quadro de pessoal, com os seguintes vencimentos mensais, nêles já incluído o aumento concedido pelo Decreto-Lei número 81, de 21 de dezembro de 1966:

I — Tesoureiro de 1.ª categoria — Cr\$ 705.000.

II — Tesoureiro de 2.ª categoria — Cr\$ 660.000.

III — Tesoureiro de 3.ª categoria — Cr\$ 630.000.

IV — Tesoureiro-Aux. e Conferente de 1.ª Categoria — Cr\$ 630.000.

V — Tesoureiro-Aux. e Conferente de 2.ª Categoria — Cr\$ 600.000.

VI — Tesoureiro-Aux. e Conferente de 3.ª Categoria — Cr\$ 570.000.

Parágrafo único — O disposto neste Decreto-Lei não implica aos Tesoureiros, Tesoureiros-Auxiliares e Conferentes que tenham sido providos nos respectivos cargos após 26 de julho de 1964.

H. Castello Branco.

LEI N.º 4.242
DE 17 DE JULHO DE 1963

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Civis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Art. 50 — O disposto no parágrafo único do art. 23 da Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962, aplica-se aos funcionários interinos nomeados até a data da referida lei, e aos Capelães Militares de todos os credos religiosos, que servem nas Forças Armadas, nomeados de acordo com o Decreto-Lei n.º 9.505, de 23 de julho de 1946.

§ 1.º — Não contando ainda os servidores a que se refere este artigo cinco anos de serviço público, permanecerão nos cargos até que se complete esse prazo a fim de serem definitivamente enquadrados.

§ 2.º — A norma desse artigo aplica-se, por igual, aos funcionários da União e das Autarquias com mais de dez anos de serviço público, admitidos até a data da presente Lei.

§ 3.º — São igualmente aplicáveis aos funcionários de que trata este artigo os dispositivos da Lei n.º 4.054, de 2 de abril de 1962, referentes a promoções.

§ 4.º — O capelão, quando privado do exercício de sua atividade religiosa pela autoridade eclesiástica competente, perderá as garantias asseguradas neste artigo.

Art. 81 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1963; 142.º da Independência e 75.º da República.
— João Goulart.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

SEÇÃO VI

Do Orçamento

Art. 61 — A lei federal disporá sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos.

§ 1.º — São vedados, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

- o estorno de verbas;
- a concessão de créditos ilimitados;
- a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem in-

dicação da receita correspondente;

(As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de requerimento.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 9, DE 1970

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exa., de acordo com o Regimento que, ouvido o Plenário, se digne a designar Comissão para representar o Senado nas Solenidades de inauguração da Usina Hidrelétrica da Boa Esperança e da pavimentação da estrada São Luís-Teresina.

Justificação

As obras que serão inauguradas, amanhã, pelo Sr. Presidente da República, são da maior importância para região nordeste ocidental.

Vivendo, em regime de deficit de energia, permanente, não havia como os dois Estados pudessem expandir-se no setor industrial, fazendo-se impraticável a concorrência com os demais Estados do Nordeste, já em condições de desenvolvimento incontestável.

A pavimentação da estrada, ligando as duas Capitais, constitui uma etapa de grande importância para a ligação rodoviária da região com os Estados do Nordeste e Centro-Sul que estará concluída, tão logo se ultimem as obras das BRs 316 e 407.

No momento em que o Governo inaugura a Usina Hidrelétrica e a estrada São Luís-Teresina, impõe-se a presença do Senado que lhe empresou, na esfera de sua competência, decidido apoio, convencido da importância que terão no desenvolvimento sócio-econômico do Piauí e Maranhão.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1970. — Petrônio Portella.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— De acordo com o Regimento, o presente requerimento será votado ao final da Ordem do Dia.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de novo requerimento.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 10, DE 1970

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Requeiro, nos termos do art. 42 do Regimento Interno e de acordo com o laudo médico anexo, 180 dias de licença para tratamento de saúde, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1970. — Menezes Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— De acordo com o Regimento, o presente requerimento será votado imediatamente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados.
(Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, é concedida a licença, nos termos requeridos.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— A Presidência recebeu Ofício de número GP 87/70, de 18 de fevereiro de 1970, do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal que, nos termos do art. 28 da Lei n.º 5.538, de 22-11-68, encaminha as contas do Governo do Distrito Federal, relativas a 1968, o Relatório sobre aquêle exercício financeiro e o Parecer prévio daquele Tribunal.

A matéria será encaminhada às Comissões do Distrito Federal, de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda dois volumes de Balanços Gerais da União relativos ao exercício de 1964.

Os referidos documentos serão encaminhados à Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— A Presidência, de acordo com determinação proferida na Sessão de 28-11-69, irá remeter às Comissões competentes as seguintes matérias:

PLS/98/68 — Garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências.

PLC/66/68 — Disciplina a extração de calcáreo e estabelece normas para produção de corretivo cárlico, para uso agrícola.

Parecer n.º 33/68, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 67, de 1967, que dispõe sobre direitos autorais, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Há oradores inseritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Assis Chateaubriand nada deveu à sua época, nem à sua cena.

Foi um dos cérebros mais poderosos que o Brasil já produziu e em todo tempo e em todo lugar ele teria desprendido suas asas de condor e palrado nas alturas.

Há horas da vida em que os homens e os povos devem fixar sua atenção em existências contemporâneas e próximas, dignas de ser consideradas, porque de seus atributos cardiais podem extrair-se lições sem esperar o tardio juizo da história.

Assis Chateaubriand amou a política com paixão. A poucos dias de sua morte, seus temas preferidos, elaborados em torno de pensamentos que não podia afastar eram os que guardavam pertinência com a política e com a marcha dos assuntos de interesse público. Com eles se animava e esquecia os tormentos físicos. Baixou ao túmulo sem que o abandonassem suas preocupações com o desenvolvimento da Nação, a sorte de suas instituições e o destino de nossa democracia.

A política o absorveu como uma patriótica exteriorização do desejo de servir, mas também soube compreender que a política não é tudo na vida de um homem, nem de um povo.

Jornalista de renome internacional, advogado, professor de Direito, humanista, parlamentar brilhantíssimo, Embaixador da República, capitão de indústria, membro da Academia Brasileira de Letras, criador de Museus de Artes, incentivador de extraordinárias campanhas de âmbito nacional em todos os campos da atividade humana, evidenciou sempre um luminoso

talento criador que raiava a genialidade.

Não desapareceu deixando a recordação nostálgica do que poderia ter sido. Ao contrário, sua forte personalidade foi uma realidade plenamente alcançada, seus êxitos estão à vista, seus méritos reconhecidos por todos que atentam para a sua obra.

Onde atuou, deixou o relévo da sua passagem, afirmou sua infatigável capacidade de prever, unida a uma vitalidade inexcedível, a um dinamismo sem esmorecimento.

Não amava os expedientes da rotina porque os amava no sentido progressista e na paixão reformista de fazer e de construir. Era a alma do lutador renovada nas lides da peleja.

A grandeza de Chateaubriand se formou de muita naturalidade. Ele foi um grande homem sendo uma natureza compreensível e não um ser círsmático, um inspirado, ungido pelo mistério da predestinação.

Era simplesmente um homem, um homem que sabia rir, olhar o destino sem desmaiar, por pior que ele fosse; que sabia brincar com as coisas, indignar-se quando era hora de indignação; um homem de "humor" e ao mesmo tempo um homem de luta, capaz de atacar com tóda coragem e intrepidez.

E teve o mérito de plasmar uma geração de homens que recolheram seu exemplo e suas diretrizes e que mantêm e acrescem a sua valiosa herança, como imperativo de dever sagrado.

Evocamo-lo, em sua grandeza, no 2º aniversário do seu desaparecimento, grandeza que se destaca na evidência de que ele interpretou o Brasil com exatidão e otimismo, de tal modo que a grande Pátria que estamos construindo nada mais será do que o seu sonho plenamente realizado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO — Sr. Presidente, entre os dias três e quatro do corrente foram inaugurados no Estado de Mato Grosso três novas agências do Banco da Amazônia Sociedade Anônima: em Varzea Grande, em Dom Aquino e em Barra do Garças.

Começou nos três últimos anos, aquela organização de crédito e de desenvolvimento a dar um ritmo de objetividade aos seus planejamentos em áreas que não gozavam de maiores atenções, como o caso de Mato Grosso, Estado de extraordinária contribuição receitual para o programa amazônico e de ser área das melhores reações ao emprêgo dos chamados incentivos fiscais. Queremos fazer destaque, nessa atenção dada ao Estado, às atividades do diretor que ali representa Mato Grosso, o operoso e competente ex-Deputado Antonio Moyses Nadaf. Ao assumir as funções ele revelara um conjunto de idéias a serem aplicadas e o vem cumprindo fielmente.

Promissora é a situação do Banco da Amazônia. A política e os recursos dos incentivos fiscais capacitaram-no crescentemente, ano a ano, no sentido de atender os planos de desenvolvimento da Amazônia, sendo certo que firmado orgânicamente, tem de atender não sómente aos objetivos especificamente bancários. Vai muito além, de vez que pela legislação especial e vigente cabe-lhe: a) executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social; b) exercer as funções de agente financeiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; c) atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna e externamente de acordo com a legislação em vigor; d) executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais inclusive autarquias, nas localidades da região onde o Banco do Brasil não disponha de agências, conforme determina a Lei n.º 4.595, de 1964; e) aplicar como agente financeiro os recursos planejados para a iniciativa privada da região, sem prejuízo da atividade normativa do Conselho Monetário Nacional; f) executar, paralelamente ao Banco do Brasil, na região e como agente da Comissão de Financiamento de Produção, a política dos preços mínimos dos produtos agrícolas, pecuários ou extractivos, na forma da legislação em vigor.

Como se vê tornou-se muito vasto o volume de atribuições do Banco. Ele hoje é uma organização que corresponde às suas finalidades, embora,

olhando-se a imensidão do espaço geográfico a atender e a dos seus problemas possa se afirmar que não responde a tóda a demanda. Não poderia, olhada a pobreza nacional de recursos financeiros.

O Governo sabe disso. Com os primeiros resultados da política dos planos setoriais e dos incentivos, criou-se a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Quando se discutia, no Congresso Nacional, o projeto correspondente, fomos autor da emenda que instituía o Banco de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, para cuja formação, indicáramos os recursos e o processo de captação, servindo de paradigma o sistema do Banco da Amazônia. Entrariam como acionistas a União, os Estados de Mato Grosso e Goiás e as pessoas físicas e jurídicas de direito privado. A emenda foi aproveitada como simples previsão de criação do Banco.

Agora, a Superintendência anuncia que o projeto do Banco Centro-Oeste será enviado ao Congresso.

Reconhecemos que o grande êxito do Banco da Amazônia concorre para a criação do Banco Centro-Oeste.

Tal a vastidão das duas regiões, quando se vêem os Estados de Goiás e Mato Grosso integrarem uma e outra, que devemos estar sempre atentos ao fato de que, aos dois Bancos, estarão sempre reservados importantíssimos serviços. Figurarão na primeira linha das missões de desenvolvimento pioneiro. Seu sistema especificamente bancário pode ser ampliado com resultados receituais positivos para o poder público, isto sem se levar em conta o aspecto promissor para a coletividade da criação de novas agências, com seus conseqüários de progresso e lucros indiretos.

Enquanto não se institui o Banco Centro-Oeste, o Governo Federal deve ampliar o sistema de criação de agências do Banco da Amazônia, na Amazônia legal, como nos Municípios confinantes dos seus Estados. Trata-se de medida urgente. No ano passado fôra sugerida a criação de uma agência na importante cidade de Campo Grande e sua efetivação foi sustada quando já se considerava aprovado o respectivo projeto.

Nesse mister configura-se inaceitável a parcimônia. Se a região, pelo seu progresso e capacidade, corresponderá ao funcionamento do Banco, por que não ampliar sua rede de agências?

O Governo deve ter o dinamismo e a presteza imediata para atender apelos de tal natureza. Devia se sentir encorajado se das outras regiões do País os pedidos fôssem dessa espécie.

Consideramos auspicioso o fato de nesta semana se terem inaugurado três unidades do Banco da Amazônia em Mato Grosso. Mas para a capacidade do Estado o fato não deixa de ser tímido. Há capacidade para mais, muito mais; e folgamos em registrar que a alta direção do Banco da Amazônia, a começar pelo seu ilustre Presidente, Dr. Francisco Lamartine Nogueira, reconhece esta animadora realidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como paraibano com assento nesta Casa, me sensibilizei com a atitude do nobre Senador Lino de Mattos que enviou à Mesa, sexta-feira última, discurso em comemoração ao segundo aniversário da morte de Assis Chateaubriand, registrada sábado último, 4 de abril.

Nossa emoção repete-se agora com maior intensidade diante do brilhante discurso, que neste momento acaba de fazer o eminentíssimo representante do Estado da Guanabara, Senador Gilberto Marinho.

Diante das palavras consagradoras à memória do saudoso Senador paraibano Assis Chateaubriand, não poderia deixar, embora em modesto registro, de fazer desta tribuna o agradecimento da Paraíba às tocantes expressões de carinho com que os ilustres representantes de São Paulo e Guanabara se referiram à vida, à obra do inolvidável, do genial Assis Chateaubriand.

Sr. Presidente, sexta-feira última fui ao Rio de Janeiro, a fim de tomar parte, naquela capital, nas solenidades que ali se realizavam pelo transcurso do segundo aniversário da morte do grande jornalista Francisco de

Assis Chateaubriand Bandeira de Mello. Confesso que ainda sinto as emoções experimentadas no curso daquelas solenidades prestadas àquele meu grande conterrâneo, meu velho amigo, meu correligionário e eminentíssimo mestre. Muito embora nunca tenha trabalhado diretamente com S. Exa., mas com ele tive contato durante nossa vida política, o que me permitiu adquirir grandes ensinamentos que muito me vêm servindo no curso da minha vida pública, uma vez que S. Exa., foi Senador pelo Estado da Paraíba, filiado com muita honra ao Partido Social Democrático, naquela oportunidade sob a minha direção.

Assis Chateaubriand foi, indiscutivelmente, uma das maiores figuras deste País, sob todos os aspectos.

Sr. Presidente, nas homenagens de sábado a que aludi, à memória de Assis Chateaubriand, com a presença de amigos que ele soube fazer, dos Governadores dos Estados da Guanabara e do Espírito Santo, Senadores, Deputados, das equipes de administradores, homens de imprensa que sob sua inspiração se formaram e hoje ocupam postos de grande relevo, reafirmadores da continuidade de sua obra, verdadeiramente ciclopica, pude, naqueles instantes emocionais, conhecer com profundidade a extensão da capacidade realizadora daquele verdadeiro gigante que foi Assis Chateaubriand. Ele foi o notável criador que a Paraíba doou ao Brasil.

Recordo, neste momento, com saudade e emoção, os discursos magistrais pronunciados no Monroe por Assis Chateaubriand, quando Senador pela Paraíba. Deva haver Senadores aqui presentes que foram, como eu, testemunhas da grandeza daquele homem, daquele paraibano pequenino que se agigantava na tribuna do Senado, ao abordar assuntos da maior transcendência sobre a vida do nosso País.

Por ocasião da Missa na Igreja de Santa Luzia, na Esplanada do Castelo, na Guanabara, nave repleta de amigos e de admiradores do "Velho Capitão", como ainda hoje o chamam os seus discípulos dos "Diários e Emissoras Associados", tivemos o ensejo de ouvir a comovente oração do Padre José de Albuquerque Cavalcanti, sacerdote que a todos comoveu e que de-

sejo integre este meu pronunciamento por ser julgamento válido e insuspeito de um representante de Cristo, discorrendo sobre a vida do fundador dos "Diários Associados", afirmando ter sido testemunha da sua brilhante trajetória na vida pública, acompanhando, com interesse, tanto o desenrolar como o êxito de suas iniciativas, em todos os campos em que atuou, no jornalismo, na cátedra universitária, na diplomacia, no Parlamento. Ocupou-se em seguida do seu interesse pelo bem-estar coletivo, transcendendo do âmbito de todas essas atividades, para promover a Campanha Nacional de Aviação.

E acrescento: A campanha Nacional da Criança, de que foi um dos baluartes. Com a sua cadeia de jornais e emissoras, Assis Chateaubriand deu todo apoio à grande Dama, a saudosa D. Darcy Vargas, esposa do inolvidável Presidente Getúlio Vargas, que empunhou, como Presidente da Legião Brasileira de Assistência, a sublime bandeira de amparo à criança.

O Padre José de Albuquerque Cavalcanti reportou-se igualmente à fundação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, além de uma extensa rede de museus regionais. Apreciou o orador o mecenato por ele exercido, durante toda a sua vida, estimulando vocações que sem ele talvez tivessem sido desmentidas.

Lembrou os seus extraordinários feitos, em prol da puericultura em nossa terra e, para demonstrar o cunho multifário do seu espírito, pôs ênfase à sua pregação em favor da cultura dos cafés finos e do aprimoramento de técnicas agrícolas, tendo fundado fazendas especializadas, sobretudo no apuro de gado de linhagem fina. O oficiante comoveu os presentes ao sublinhar a importância do seu papel em favor da cultura brasileira, em todas as suas modalidades.

Sr. Presidente, êsses conceitos de um sacerdote piedoso, figura impressionante de orador sacro, sobre o ex-Senador Assis Chateaubriand, se impunham serem inseridos no texto da nossa oração, como um testemunho insuspeito para a posteridade acerca da figura extraordinária do genial paraibano, cuja memória agora tam-

bém exaltamos na comemoração do segundo ano do seu desaparecimento.

O Sr. Daniel Krieger — Permita-me o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com todo prazer, Senador Daniel Krieger.

O Sr. Daniel Krieger — Quero associar-me às justas homenagens que o Senado da República, pela palavra de V. Exa., presta à memória do eminente ex-Senador, grande jornalista e patriota que foi Assis Chateaubriand.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador pelo Rio Grande do Sul, Daniel Krieger, dando apoio às nossas palavras no momento em que reverenciamos a figura excepcional de Assis Chateaubriand que, no sábado último, dia 4 de abril, completou dois anos de desaparecimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o gigante parabano fisicamente desapareceu da face da terra. Os seus exemplos e a sua obra notável, sobretudo no setor das letras e da cultura brasileira, jamais desaparecerão. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Milton Trindade — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Victorino Freire — Sigefredo Pacheco — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Aurélio Vianna — Nogueira da Gama — José Feliciano — Fernando Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura de telegrama que acabamos de receber.

É lido o seguinte:

"Presidente Senador João Cleofas

Senado Federal

Brasília — DF

Formulamos com empenho convite comparecimento Vossência vg acompanhado representação egrégio Senado Federal vg 3.º Congresso Nacional do Cafeh vg com abertura dia oito abril dez horas vg cidade Poços de Caldas vg neste Estado pt Sua presença searah motivo subida honra Mesa Diretora e congressistas vg penhor valorização conclave pt Encarecendo seu comparecimento vg atenciosamente

José Alvares Filho Presidente Federação Agricultura Estado Minas Gerais pt Newton Ferreira Paiva Presidente Comissão Organizadora Terceiro Congresso Nacional Cafeh."

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Na impossibilidade de nosso comparecimento, designo o Senador Flávio Brito, que, aliás, é o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, para representar o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

Em 6 de abril de 1970.

Sr. Presidente:

Tendo em vista que na composição das Comissões Permanentes do Senado, encaminhada à Mesa pela Liderança da ARENA, na sessão de 1.º do corrente, ficaram sem preenchimento alguns cargos das respectivas suplências, encareço seja ela republicada, de acordo com a relação anexa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Filinto Müller, Lider.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares

Flávio Brito
Ney Braga
Atílio Fontana
Teotônio Vilela
Milton Trindade

Suplentes

Benedicto Valladares
José Guiomard
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Clodomir Millet

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA

Titulares

Arnon de Mello
José Leite
Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres
Teotônio Vilela

Suplentes

Mello Braga
José Guiomard
Adolfo Franco
Lobão da Silveira
Victorino Freire

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

Titulares

Arnon de Mello
Antônio Carlos
Mello Braga
Vasconcelos Torres
Mem de Sá

Suplentes

José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Petrônio Portella
Milton Campos
Antônio Carlos
Carvalho Pinto
Eurico Rezende
Gilberto Marinho
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Moura Andrade

Suplentes

Mem de Sá
Benedicto Valladares
Júlio Leite
Milton Trindade
Adolfo Franco
Filinto Müller
Dinarte Mariz
Flávio Brito
Vasconcelos Torres
Guido Mondin

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titulares

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Petrônio Portella
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Guido Mondin
Antônio Fernandes

Suplentes

Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Menezes Pimentel
Waldemar Alcântara

COMISSAO DE ECONOMIA**Titulares**

Mem de Sá
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Ney Braga
Atílio Fontana
Cattete Pinheiro
Duarte Filho

Suplentes

José Leite
Filinto Müller
Antônio Carlos
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Arnon de Mello
Flávio Brito
Milton Trindade

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**Titulares**

Eurico Rezende
Ney Braga
Duarte Filho
Guido Mondin
Cattete Pinheiro

Suplentes

Benedicto Valladares
Waldemar Alcântara
Teotônio Vilela
Antônio Carlos
Raul Giuberti

COMISSAO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO**Titulares**

Moura Andrade
Antônio Carlos
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Flávio Brito
Guido Mondin

José Cândido
Eurico Rezende

Suplentes

José Guiomard
Filinto Müller
Lobão da Silveira
Victorino Freire
Petrônio Portella
Raul Giuberti
Daniel Krieger
Guido Mondin

COMISSAO DE FINANÇAS**Titulares**

Carvalho Pinto
Cattete Pinheiro
Mem de Sá
José Leite
Moura Andrade
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Raul Giuberti
Júlio Leite
Waldemar Alcântara
Vasconcelos Torres
Atílio Fontana
Dinarte Mariz

Suplentes

Carlos Lindenberg
Teotônio Vilela
José Guiomard
Daniel Krieger
Petrônio Portella
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Flávio Brito
Filinto Müller
Duarte Filho
Eurico Rezende

COMISSAO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Titulares**

Flávio Brito
Milton Trindade
Adolpho Franco
Teotônio Vilela
Mem de Sá

Suplentes

Júlio Leite
José Cândido
Mello Braga
Arnon de Mello
Clodomir Millet

COMISSAO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**Titulares**

Adolpho Franco
Victorino Freire
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

Suplentes

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Titulares**

Antônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg

Suplentes

Mello Braga
José Guiomard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire

COMISSAO DO POLÍGONO DAS SÉCAS**Titulares**

Clodomir Millet
Antonio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Suplentes

Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Carlos Lindenberg

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**Titulares**

Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá

Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

Suplentes

Adolpho Franco
Petrônio Portella

José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guiomard
COMISSAO DE REDAÇÃO

Titulares

Benedicto Valladares
Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Mem de Sá
Suplentes
Filinto Müller
Clodomir Millet
José Leite
Raul Giuberti

COMISSAO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares

Gilberto Marinho
Filinto Müller
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Mello Braga
Arnon de Mello
José Cândido

Suplentes

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet
Guido Mondin
José Guiomard
Eurico Rezende
Dinarte Mariz

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares

Cattete Pinheiro
Duarte Filho
Waldemar Alcântara
José Cândido
Raul Giuberti

Suplentes

Júlio Leite
Milton Trindade
José Leite
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares

Victorino Freire
José Guiomard
Ney Braga
José Cândido
Gilberto Marinho

Suplentes

Mello Braga
Atílio Fontana
Filinto Müller
Dinarte Mariz
Celso Ramos

COMISSAO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titulares

Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Victorino Freire
José Guiomard
Raul Giuberti

Suplentes

Celso Ramos
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Menezes Pimentel
Mem de Sá

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Titulares

Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guiomard
José Leite

Suplentes

Atílio Fontana
Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Lobão da Silveira
Guido Mondin

COMISSAO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Titulares

Clodomir Millet
José Guiomard
Lobão da Silveira
Flávio Brito
Milton Trindade

Suplentes

José Cândido
Filinto Müller

Duarte Filho
Cattete Pinheiro

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Não há mais oradores inscritos
(Pausa.)

Estão presentes 41 Srs. Senadores.
Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1**

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 1, de 1970, de autoria do Sr. Senador Paulo Torres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado da Ordem do Dia baixada em 31-3-70, pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército, General Orlando Geisel, pela passagem do sexto aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964.

Em discussão o requerimento.
(Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Vamos passar à votação.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE (Sem revisão do orador — Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, minha solidariedade ao eminentíssimo Colega, Senador Paulo Torres, por ter solicitado a transcrição, nos Anais desta Casa, da Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército, General Orlando Geisel, por ocasião do aniversário da Revolução.

Alguns órgãos da imprensa, Sr. Presidente, acharam contradições na Ordem do Dia do Sr. Ministro do Exército e no pronunciamento do Sr. Presidente da República. Não há absolutamente, discordância entre o que disseram o Sr. Ministro do Exército e o Sr. Presidente da República.

Ademais, é preciso acentuar que o General Orlando Geisel é um eminentíssimo soldado e uma das figuras mais ilustres do Exército, pela competência, pela disciplina, pelo seu amor à disciplina e sentimento de autoridade. Em suas ordens do dia e pronunciamentos, procurou sempre o General Geisel, seguir a linha do Sr. Presidente da República, de quem é, além de Ministro, um dos mais íntimos amigos.

O senso de autoridade, o amor à disciplina — como já declarei — são inatos no General Orlando Geisel. Por isso, Sr. Presidente, solidarizo-me com o requerimento do Sr. Senador Paulo Torres, e congratulo-me com S. Exa. por sua iniciativa de deixar, nos Anais desta Casa, a Ordem do Dia do ilustre Ministro do Exército. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Continua em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
Item 2

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 2, de 1970, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, proferido na Escola Superior de Guerra e publicado no *Jornal do Brasil* de 11-3-70.

A matéria está prejudicada, em virtude de já ter sido atendido o seu objetivo através de discurso proferido pelo Senador Victorino Freire, na sessão anterior, no qual S. Exa. fêz a leitura do aludido documento.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
Item 3

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1970, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado "FAB: Segurança e Integração Nacional", publicado no *Diário de Notícias* de 17 de março de 1970, resultante de entrevista concedida pelo Sr. Ministro da Aeronáutica, Marechal-dos-Ar Márcio de Souza e Mello, aos jornalistas Flávio Castellar e Geraldo Borges.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou dar a discussão como encerrada.

Está encerrada.

Em votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho, para encaminhar a votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Votarei a favor do requerimento, Sr. Presidente, como tenho feito em hipóteses semelhantes. Ocorre, porém, que a Ordem do Dia de hoje consta de pedidos de transcrição precisamente de quatro documentos de ilustres militares.

Para que não fique demasiadamente uniformizada a pauta dos nossos trabalhos e uma vez que todos esses documentos envolvem a apreciação do quadro político e administrativo presente, no instante em que são chamados românticos ou abstratos os verdadeiros defensores da ordem democrática, não faz mal que, ao lado dessas peças, se inclua uma, provinda do mundo civil.

Leio, Sr. Presidente, para que conste simultaneamente dos Anais desta Casa, este admirável artigo ontem publicado no *Jornal do Brasil*, sob o título "Democracia sem Rodeios":

(Lê)

"Democracia é uma palavra que, nos últimos tempos, deixou de transitar sózinha. Tem sido assinalada sua presença oratória invariavelmente escoltada por um adjetivo. No entanto, nenhuma das tentativas de qualificar a democracia consegue mais do que restingir-lhe o sentido. Em verdade, toda vez que parece haver necessidade de adjetivar a democracia é inevitável a suspeita de que se procura disfarçar sua multilação.

Não há uma definição pacífica do que seja democracia. Há em compensação consenso sobre o que não é democracia. Por exemplo, quando faltam garantias individuais e não são praticadas eleições periódicas para constituir a representação política e selecionar governantes, é fora de dúvida que não existem os pré-requisitos de

um sistema democrático de governo.

A experiência constitucional brasileira, cuja contagem de tempo é muito superior aos hiatos de ditadurismo, pode ter seu conteúdo democrático discutido mas não recusado. Era imperfeito, do ponto de vista funcional, nosso sistema democrático, e sua falha maior era exatamente a ausência de contrapesos. Mas éramos uma democracia. Disso fico com uma consciência coletiva, inclusive quanto à possibilidade de aperfeiçoar as instituições políticas nacionais. Foi, em suma, o que tomou a forma de aspiração nacional em 1964 e recebeu o nome de Revolução de 31 de março.

Freqüentemente têm surgido na adjetivação conceitos críticos da forma democrática vigente antes de 64. Considerar romântico o sistema constitucional de 46 não esclarece o conteúdo liberal da concepção democrática que sucedeu ao Estado Nôvo. Desde os trabalhos constituintes em 1946, evidenciou-se como tendência mais forte, depois de oito anos de ditadura, o anseio de liberdade que repelia qualquer restrição, mesmo aquelas relacionadas com a responsabilidade.

Não havia romantismo naqueles homens que forjaram uma estrutura constitucional fundada sobre a idéia da liberdade no plano político e no plano econômico. Pelo contrário, a liberdade e a democracia saíram militarmente vitoriosas na guerra. O nazismo e o fascismo estavam arruinados pela derrota alemã e italiana, e os princípios da democracia renasciam na Alemanha e na Itália para a prova que iria consagrá-los definitivamente na luta contra o comunismo. É bom lembrar que, na miséria alemã e italiana do pós-guerra, a ruína econômica parecia sorrir eleitoralmente aos comunistas. Mas as idéias democráticas conseguiram criar a ordem, reativar a economia e reabilitar a liberdade como a matéria-prima insubstituível na tarefa humana.

Os constituintes brasileiros não erraram em moldar para nosso País uma estrutura constitucional democrática. Podem ter falhado na antevista do saldo que um decénio depois o Brasil daria. Então, a carta política, amarrada em desconfiança, impediu os retoques que lhe dariam a flexibilidade para polir as arestas do crescimento. Neste exato momento, importante para o Brasil não é garimpar adjetivos no afã de definir em abstrato um conceito para democracia. Realmente importante é pôr para funcionar nossas instituições políticas com a intenção de gerar atividades democratizadoras. Para nós será bastante o substantivo. O exercício das liberdades, a garantia dos direitos individuais, as responsabilidades de cada um, o predomínio da Constituição sobre as outras fontes de poder, eis uma boa receita a se aviar sem demora para um paciente com esperança."

Cumpre, porém, Sr. Presidente, aviar, quanto antes, a receita, a tempo de o doente poder ingerir o remédio. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Em votação o Requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição requerida.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

Item 4

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1970, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado "Marinha e a Retomada do Desenvolvimento", publicado no *Diário de Notícias* de 26-3-70, resultante de entrevista concedida pelo Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, aos jornalistas Flávio Castellar e Geraldo Borges.

Em discussão o requerimento.
(Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição requerida.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

Item 5

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 8, de 1970, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado "Doutrina Política de Potência", de autoria do General Carlos de Meira Mattos, publicado no *Correio Braziliense*, de 1.º-4-70.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição requerida.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— No Expediente, foi lido o Requerimento n.º 9, de autoria do nobre Senador Petrônio Portella, solicitando a designação de uma comissão, a fim de comparecer à inauguração da Usina de Boa Esperança, no Estado do Piauí.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, designo os Srs. Senadores Petrônio Portella, Clodomir Millet, Sigefredo Pacheco e Bezerra Neto para constituirem a referida comissão.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, encerro a Sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 148, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 148, de 1968 (n.º 75-B/67, na Casa de origem), que dispõe sobre o emprêgo, pela indústria, da palavra séda e seus compostos, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.os 1.125 e 1.126, de 1968, e 145, de 1969, das Comissões:

- de Indústria e Comércio;
- de Finanças; e
- de Constituição e Justiça.

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 173, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 173, de 1968 (n.º 773-B, de 1967, na Casa de origem), que dispõe sobre a prescrição das infrações de natureza fiscal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.os 147 e 148, de 1969, das Comissões

- de Finanças, pela aprovação, solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça;
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 17, DE 1969

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1969 (n.º 704-C/67, na Casa de origem), que reorganiza os Quadros dos Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar, previstos na Lei n.º 4.083, de 24 de junho de 1962, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.os 149 e 150, de 1969, das Comissões

- de Serviço Público Civil, favorável, e
- de Finanças, favorável.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 24, DE 1968**

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1968, de autoria do Sr. Senador João Abrahão, que retifica a Lei n.º 5.358, de 17 de novembro de 1967 (Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968), tendo

PARECER, sob n.º 215, de 1968, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela rejeição por inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 40 minutos.)

**ORDEM DO DIA BAIXADA PELO EXMO.
SR. MINISTRO DO EXÉRCITO, GENERAL
ORLANDO GEISEL, PELA PASSAGEM DO
SEXTO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO
DE 31 DE MARÇO DE 1964, QUE SE
PÚBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO
N.º 1, DE 1970, DE AUTORIA
DO SR. PAULO TORRES, APROVADO NA
SESSÃO DE 6-4-70.**

ORDEM DO DIA

As celebrações de hoje, no simbolismo da data de 31 de março, assinalam a passagem do sexto aniversário de um dos mais belos e unâmines movimentos cívicos da nacionalidade. Embora repetidas, ano a ano, nem por isso deixam de revestir-se das galas e das emoções próprias das grandes vitórias, que por decisivas passam a constituir marcos indeléveis na vida dos povos.

Nascida nos lares, sob a inspiração da mulher brasileira, a memorável jornada de 31 de Março de 1964 uniu todos os homens deste País, numa cruzada em defesa das instituições e da liberdade ameaçadas, no repúdio a uma minoria corrupta e subversiva, que vivia à sombra do poder e levava

o País à anarquia, à estagnação e ao empobrecimento.

Foi a Nação inteira que se levantou, esplêndida de coragem e determinação, contra um governo bifronte e incapaz, que perdeu a autoridade e o respeito dos governados e tornou-se instrumento dos designios do movimento comunista internacional.

Bastava o fim desse estado de coisas para justificar a Revolução de 31 de Março, mas esta, decidida a promover o progresso e o bem-estar de nosso povo, prosseguiu, inflexível, no seu esforço realizador. É árvore que brotou da boa semente e começa a dar bons frutos. E a História há de registrar, em sua verdadeira dimensão, na perspectiva do amanhã, o que ela representou para os destinos do Brasil e a preservação da democracia e da paz universal.

Meus camaradas!

Na jornada de 31 de Março de 1964 as Forças Armadas, integradas na Nação, como partes de um todo, nada mais fizeram do que bem interpretar e defender, como em outras etapas gloriosas da vida nacional, os superiores e imponentes interesses do País.

Os ideais que inspiraram a Revolução Brasileira continuam vivos e a nos unir cada vez mais, sob a autoridade legítima e incontestável do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, empenhados todos na construção da grandeza do presente e de uma nacionalidade que mereça o reconhecimento das gerações futuras.

Neste Brasil renovado somos e permanecemos fiéis à nossa vocação de povo cristão e amante da democracia. Não a democracia romântica, tão apregoada pelos "burgueses progressistas" e dos "intelectuais avançados", mas a democracia representativa que se funda no amor à liberdade com responsabilidade, alicerçada nos valores espirituais e morais que fazem do homem a suprema finalidade de todas as coisas.

Os pregoeiros da cizânia, que nada constroem, mas deformam os fatos, e os empreiteiros da desordem e do terror, que vivem do crime e da traição, teimam em acusar as instituições militares de serem fontes de militarismos e tutoras da ação governamen-

tal. Em verdade, "no silêncio e na nobreza da subordinação consciente ao Poder Civil", somos "meios democráticos da mais alta importância para garantir o desenvolvimento brasileiro, nos quadros do aperfeiçoamento das instituições políticas, o que inclui, necessariamente, a defesa da Pátria contra a volta da corrupção e da subversão". Muitos povos, por falta dessa ajuda, perderam o direito de serem livres.

Soldado do Exército Brasileiro! A Nação espera de nós, em íntima comunhão de pensamento e de ação com a Marinha e a Aeronáutica, e devotados por inteiro aos mistérios da profissão das armas, o cumprimento do sagrado dever da vigilância indomida, para que no altar da Pátria tremule sempre a mesma bandeira — que nenhuma outra pode substituir — a Bandeira do Brasil."

ARTIGO INTITULADO "FAB: SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO NACIONAL", PUBLICADO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE 17-3-70, RESULTANTE DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. MINISTRO DA AERONÁUTICA, MARECHAL MÁRCIO DE SOUZA E MELLO, AOS JORNALISTAS FLÁVIO CASTELLAR E GERALDO BORGES, QUE SE PÚBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 3, DE 1970, DE AUTORIA DO SR. VASCONCELOS TORRES, APROVADO NA SESSÃO DE 6-4-70.

FAB: SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO NACIONAL

O Mal. Márcio de Souza e Mello, Ministro da Aeronáutica, em entrevista exclusiva a estes jornalistas, esclareceu que ao Ministério da Aeronáutica estão afetas importantíssimas tarefas relacionadas com o incremento e desenvolvimento da Indústria Aeronáutica, dentro das diretrizes "Incentivar e efetivar o desenvolvimento das pesquisas tecnológicas ligadas a assuntos aeroespaciais".

O Ministério tem dado um grande apoio ao aperfeiçoamento dessa importante indústria, tanto na encomenda de aeronaves brasileiras, quanto na parte de pesquisas no Centro Técnico da Aeronáutica (CTA) de São José dos Campos, São Paulo.

Afirmou o Ministro que, dentro do Plano Aerooviário Nacional, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), vai construir em 10

anos, 126 aeroportos de todos os tipos, contribuindo decisivamente para a rápida Integração Sócio-Econômica da Amazônia.

AVIAÇÃO CIVIL

Acentuou o Marechal Márcio de Souza e Mello que os principais objetivos da Aeronáutica relacionados com a Aviação Civil Brasileira são:

- a) revitalizar a Aviação Civil, com vistas ao desenvolvimento racional do transporte aéreo comercial, nacional e internacional, bem como as atividades aéro-desportivas, executivas e especializadas, não descurando das medidas para o aumento da produtividade e redução de custos, de molde a suprimir progressivamente os auxílios de subvenções diretas às empresas de transporte aéreo comercial;
- b) implantar a infra-estrutura industrial necessária para integração dos Transportes Aéreos com os Transportes de Superfície, considerados os fatores de Segurança e os Sócios-Econômicos;
- c) ativar ou instalar escolas de formação de pessoal técnico para administração dos aeroportos, da rede de proteção ao vôo e da manutenção das aeronaves civis.

Frisou o Ministro que a indústria de transportes aéreos no País, até 1964, caracterizava-se pelas elevadas subvenções concedidas e por uma política governamental de apoio indiscriminado a novos investimentos. As diretrizes acima expostas foram fixadas, determinando medidas corretivas no Programa Estratégico do Desenvolvimento, e passaram, desde o inicio do Governo Revolucionário, a nortear a ação governamental e a Política Aeronáutica.

Com a acentuada recuperação financeira das empresas de transporte aéreo consequente à Política adotada, expandiram-se os serviços e elevaram-se os padrões de eficiência e qualidade. Do mesmo modo, a coordenação das atividades das empresas propiciou estabelecer maior disciplina no desenvolvimento da aviação de peque-

no porte, mòrmente de táxi aéreo, beneficiando os usuários.

Com o intuito de melhorar as condições dos terminais terrestres, inclusive os serviços de proteção ao vôo, foram criadas taxas de prestação de serviços e tenciona o Governo conceder maior autonomia administrativa e financeira aos aeroportos.

Pelas providências já adotadas a aviação civil brasileira teve no setor Sócio Econômico, no ano passado, um bom ano, atingindo elevados índices de produtividade.

No setor doméstico, do Transporte Aéreo Comercial Regular, os resultados operacionais demonstram sua plena recuperação: contra um déficit de NCr\$ 2.663.200,00 em 1968, a indústria apresentou em 1969 um "superavit" de NCr\$ 15.600.000,00, aproximadamente, o que representa o crescimento, em um ano, da receita operacional em relação à despesa NCr\$ 18.300.000,00.

Por outro lado, a mesma indústria ofereceu ainda no mesmo ano, de assentos quilômetros, 3.473.447.000, transportando 1.968.019.000 passageiros/quilômetros.

O setor internacional acusou uma elevação da receita em 1968 de NCr\$ 11.903.042,00, para cerca de NCr\$ 30.000.000,00 em 1969, elevando-se paralelamente o número de passageiros/quilômetros transportados, nos dois anos referidos, de 1.716.660.000 para 1.998.203 000.

METAS PRIORITÁRIAS

Prosseguindo, o Marechal Márcio de Souza e Mello discorreu sobre as METAS PRIORITÁRIAS do Ministério da Aeronáutica, cujo inteiro teor é o seguinte:

SUBVENÇÃO

Quanto à parte de subvenção é oportuno mencionar que as subvenções diretas decresceram de 3,2% da receita para 0,5%. É um resultado altamente auspicioso, não só pelo fato, praticamente, de representar isso a libertação do auxílio governamental, como também de já estar essa mesma indústria dando a sua contribuição ao desenvolvimento dos aeroportos, mediante o pagamento das tarifas aeroportuárias.

Esforços da Aeronáutica, na implantação de uma Política reguladora

do transporte aerocomercial não regular, foram também nitidamente recompensados pelo desenvolvimento coordenado da aviação de pequeno porte, o táxi aéreo. O número dessas empresas já ultrapassa de 60, e assegura a ligação das regiões não servidas pelo transporte aéreo regular com os centros de maior desenvolvimento.

Ainda em 1969, essas empresas realizaram 39.036 viagens utilizando 125 aeronaves de diversos tipos e aferindo um superavit de NCr 7.680.237.000,00.

Por outro lado, cerca de 201 aeroportos nacionais vêm sendo utilizados por linhas aéreas regulares, sendo 58 controlados diretamente pelo Departamento de Aviação Civil (antiga Diretoria de Aeronáutica Civil) e os demais pelas Zonas Aéreas.

O Brasil faz parte da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e fomos reeleitos para integrar o Conselho da mesma Organização. Já firmamos 24 acordos sobre transportes aéreos regulares com inúmeros países-membros da OACI, e operam no Brasil 18 companhias de transporte aéreo internacional.

Aeronaves comerciais brasileiras levam a nossa bandeira, passageiros e mercadorias a todos os continentes, atestando o nosso progresso e procurando estreitar cada vez mais os laços de união e boa vontade com os cidadãos de outras nações.

COMANDO DE TRANSPORTE AÉREO

O Comando de Transporte Aéreo, mais conhecido pela sigla de COMTA, é a Grande Unidade que realiza as operações de transporte aéreo militar de interesse da FAB e das demais Forças Armadas. Está afeto ainda ao Comando prover os meios necessários à operação do Correio Aéreo Nacional (CAN), cujas aeronaves realizam uma grande obra de Integração Nacional, unindo os brasileiros espalhados pelas mais longínquas regiões brasileiras.

De janeiro a outubro do ano passado, as aeronaves do CAN: Douglas C-47, Avro C-91, Douglas C-118 e C-130 Lockheed voaram 64.715 horas; efetuaram 1.092 missões; transportaram 64.715 passageiros civis e militares para diversos Estados brasileiros

e países estrangeiros em missões do Governo; a carga transportada alcançou a elevada cifra de 6.989.328 quilos e a correspondência comum e as malas diplomáticas perfizeram um total de 267.083 quilos.

PRIMEIRO VÔO

Desde o seu primeiro vôo — realizado em 12 de junho de 1931 — entre o Campo dos Afonsos e o Campo de Marte (São Paulo), em 5 horas e 20 minutos, transportando apenas 2 cartas, num avião *Curtis Fledling*, o CAN tem criado continuamente rotas de interiorização, que atingem os mais longínquos rincões do território brasileiro, até as fronteiras mais distantes, sobrevoando áreas totalmente inexploradas, lançando, assim, as verdadeiras bases dos novos caminhos aéreos, que com o correr do tempo, asseguram o Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural das regiões sobrevoadas, justificando em curto prazo, estabelecimento de linhas aéreas regulares do Transporte Aéreo Comercial.

Não tem sido raro ocorrer que o projeto das ferrovias ou rodovias planejadas para a interiorização do País obedeça aos rumos das linhas pioneiras do CAN, que vão assim balizando a marcha da civilização. Exemplo típico desse pioneirismo são os recentes traçados das rodovias: Belém—Brasília e Cuiabá—Pôrto Velho—Rio Branco, no Acre, que reproduzem no terreno a projeção das rotas aéreas do CAN há muito sobrevoadas.

NOVAS BASES AÉREAS

No próximo dia 31 de março, será inaugurada a Base Aérea de Manaus, que vai contribuir para o desenvolvimento daquela região. E na mesma data, no próximo ano, está planejada a inauguração da Base Aérea de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul.

Além dessas, está em fase adiantada de planejamento a construção da Base Aérea de Anápolis, em Goiás, primeira instalação da FAB destinada a cumprir missões de Defesa Aérea, as quais são típicas de uma Força Aérea moderna.

As Bases Aéreas estão subordinadas aos Comando Geral do Ar e Comando Geral do Pessoal, responsáveis princi-

pais da atividade-fim e Política de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

ALTA RELEVANCIA PARA A AMAZÔNIA

A Aeronáutica considerou a Amazônia como da mais alta relevância para o emprêgo de investimento na construção e melhoria dos seus aeroportos e campos de pouso, no incremento do Plano Habitacional e na melhoria do sistema de proteção ao vôo da região.

Na parte dos aeroportos foram elaborados dois planos: o da construção de novos aeroportos e da melhoria dos já existentes. Em 1968, sómente nos aeroportos de Rio Branco, Manaus, Macapá e Belém, o Ministério gastou em obras cerca de NCr\$ 5.871.000,00.

Por intermédio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), a Aeronáutica já construiu grande número de campos de pouso naquela longínqua região, e, dentro do Plano Aerooviário Nacional, a COMARA vai construir, em 10 anos, 126 aeroportos de todos os tipos, contribuindo decisivamente para a Integração Sócio-Econômica dos seus habitantes.

Quanto ao Plano Habitacional, o Ministério da Aeronáutica constrói ali dezenas de apartamentos para os seus servidores civis e militares; também foi melhorada a infra-estrutura local para o recebimento de um Esquadrão de aviões C-47: a vinda de 12 modernas aeronaves "Buffalo" C-115; construção de novos andares; oficinas de manutenção; escritórios e instalações diversas.

Na parte de proteção ao vôo, a Aeronáutica, em colaboração com os Ministério do Interior (SUDAM) e Ministério das Comunicações, está melhorando o Sistema de Proteção ao Vôo em 46 localidades da Amazônia, dispendendo a importância de NCr\$ 5.563.000,00.

Com todas essas medidas já está havendo a colheita de benefícios, destacando-se:

- 1 — Melhoria da Rêde de Integração Nacional.
- 2 — Desenvolvimento Sócio-Econômico Regional.
- 3 — Melhoria da Segurança de Vôo, nas rotas e fora das aerovias,

inclusive no apoio às linhas internacionais.

4 — Manutenção da Segurança Nacional nas faixas de fronteiras.

O que é inegável, é a grande obra que está sendo ali realizada pelo Ministério da Aeronáutica naquela vasta área, pois "um aeroporto, na região Amazônica, é mais uma etapa vencida pelo homem na ocupação efetiva do solo pâtrio e mais um elo de ligação com a civilização".

PROTEÇÃO AO VÔO

A proteção ao vôo é no Brasil um serviço de utilidade pública, controlado pela Aeronáutica e de grande importância para o nosso desenvolvimento.

O Comando Geral de Apoio, órgão do Ministério da Aeronáutica é quem tem a incumbência de manter os níveis de eficiência de sua operacionalidade.

A rede de proteção ao vôo apóia os aviões que são mantidos em rota com a ajuda de uma extensa rede de auxílios à navegação aérea. No ano passado, esse serviço era apoiado por cerca de 992 transmissores e 1.237 receptores em serviço nos diversos SR espalhados pelo Brasil; por 25 aparelhos VOR instalados e 23 VASIS (estando previsto a instalação de um em Campo Grande); 5 ALS (estando um projetado para breve, em Recife); 2 aparelhos de radar funcionando em São Paulo e outro no Galeão; em breve, será montado um no aeroporto Salgado Filho, em Pôrto Alegre.

Quanto aos equipamentos de radio-facilidades (NDB) a FAB possui 122; de outras empresas, 86, e 8 contratados.

A Aeronáutica mantém ainda espalhados pelo Brasil, mais de 100 Núcleos de Proteção ao Vôo, além de 4 Centros Meteorológicos e de 88 estações de observação meteorológica.

Fazem parte ainda da proteção ao vôo os Serviços: Cartografia e Informações Aeronáuticas; de Telecomunicações e de Meteorologia e o de Busca e Salvamento (SAR).

Mais de 3.500 servidores, dos quais cerca de 90% são militares da FAB, se revezam em turnos, a fim de as-

segurarem um regime de trabalho de 18 ou 24 horas diárias, de acordo com a importância do tráfego aéreo nas rotas internacionais e domésticas.

SERVICO DE BUSCA E SALVAMENTO

O Serviço de Busca e Salvamento da FAB não é apenas um órgão destinado a salvar sobreviventes de desastres aéreos ou marítimos, inundações etc., ele é, antes de tudo, uma organização altamente humanitária com o fim de prestar valiosos benefícios às populações do interior, devido as dificuldades de falta de transportes e recursos médicos.

O SAR efetuou no ano passado 15 missões de buscas; voando as suas aeronaves e helicópteros cerca de 1.538 horas; tendo realizado o salvamento de 75 pessoas por acidente; 283 por causas diversas e transportou 147 em missões de misericórdia.

O total de missões no mesmo período foi de 196, incluindo:

- localização de barcos e aeronaves desaparecidos;
- de pessoas ilhadas;
- transporte de medicamentos, vacinas e leite em pó;
- transporte de pacientes e prestação de serviços médicos às populações de cidades e locais atingidos por catástrofes.

CONSTRUÇÕES DE AEROPORTOS

Dentro dos recursos orçamentários, o Ministério da Aeronáutica está procurando atender ao Plano Aerooviário Nacional, projetando, construindo, mantendo e administrando os aeroportos e aeródromos previstos no citado Plano.

No ano passado, estavam abertos ao tráfego em todo o Brasil 1.130 aeroportos e aeródromos de todos os tipos, sendo 109 pavimentados; 27 internacionais e 57 homologados para operações noturnas.

A Política Aeronáutica referente à infra-estrutura apresenta as seguintes linhas de ação primordiais:

- 1 — Garantir elevados padrões de segurança.
- 2 — Estabelecer o processo de retribuição pelo uso das instalações dos aeroportos e dos ser-

vicos de apoio à navegação aérea.

- 3 — Propiciar a eficiência operacional das unidades e estabelecimentos da Força Aérea Brasileira, através da manutenção e reequipamento de suas instalações.

No decorrer do ano, o Ministério vai despender 35 milhões de cruzeiros novos na construção, ampliação e recuperação de diversos aeroportos; no aeroporto de Brasília serão gastos 13 milhões de cruzeiros novos; no Galeão, 2 milhões de cruzeiros novos; e, finalmente, no aeroporto internacional de Manaus, 2 milhões e meio de cruzeiros novos.

Além dessas importâncias, 7 milhões e meio de cruzeiros novos serão gastos no aprimoramento técnico de vários aeroportos.

INDÚSTRIA AERONÁUTICA

Ao Ministério da Aeronáutica estão afetas importantíssimas tarefas relacionadas com o incremento e desenvolvimento dessa indústria de topo, dentro das diretrizes "incentivar e efetivar o desenvolvimento das pesquisas tecnológicas ligadas a assuntos aero-espaciais".

O Ministério tem dado um grande apoio ao incremento e aperfeiçoamento dessa importante indústria, tanto na encomenda de aeronaves brasileiras, quanto na parte de pesquisas no Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) de São José dos Campos, São Paulo.

Ao CTA, o Brasil já é devedor de muitos benefícios relacionados com a formação de técnicos e cientistas de alto gabarito; da criação e desenvolvimento de novas técnicas de pesquisas e solução técnica para grande número de problemas da indústria nacional, principalmente da automobilística.

No momento o CTA está executando os seguintes programas no campo de Pesquisas e Desenvolvimento:

- a) desenvolvimento de aeronaves para fabricação no País, pela recém-criada EMBRAER e empresas Aeronáuticas do setor privado;
- b) pesquisa e desenvolvimento de foguetes de sondagem, como

um primeiro passo no campo das ciências espaciais;

- c) pesquisa e desenvolvimento de equipamentos eletrônicos de comunicação, de auxílio-rádio, à navegação aérea e de telemetria;
- d) pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos fundamentais nos campos de propulsão, aerodinâmica e ciência, engenharia dos materiais, como suporte dos projetos decorrentes dos programas anteriores;
- e) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, para a realização dos projetos atuais e futuros do Plano Básico.

O "Bandeirante", produto maior da integração dos fatores educação e pesquisa levada a efeito no CTA, está agora sendo transferido para a escala industrial através do instrumento empresarial adequado, inspirado nos modelos dos países de economia desenvolvida: A EMBRAER — Empreza Brasileira de Aeronáutica S.A., que iniciou suas atividades há dois meses.

Além do "Bandeirante", a EMBRAER fabricará, sob licença, o avião de treinamento e emprêgo a jato puro "Aermacchi MB-326-G" para a FAB.

Ao lado dos aviões em produção na indústria privada — cerca de 500 unidades encomendadas pela Aeronáutica — contaremos em breve, com a fabricação em série, de um avião agrícola — o "Ipanema" — especialmente projetado para trabalhos de semeadura, extermínio de pragas de plantações e combate aos agentes causadores de endemias rurais.

Esse projeto, portanto, é um instrumento bastante prático que o Ministério da Aeronáutica oferece à dinamização dos programas na área da agricultura, saúde e saneamento, a exemplo do que ocorre na Argentina, México, Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia, Tcheco-Eslováquia e Iugoslávia, países onde a aviação agrícola se encontra bastante desenvolvida.

Os protótipos (2) do Bandeirante já completaram 600 horas de voo com grande êxito.

Outro orgulho da Aeronáutica é o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), órgão do CTA, como Escola de Engenharia e de Pós-Graduação das mais renomadas do País, representa uma contribuição valiosa na renovação do Ensino Superior Brasileiro, procurando uma permanente adaptação ao panorama tecnológico, sem perder de vista o objetivo essencial da Escola: o desenvolvimento da criatividade.

É dentro deste espírito de criatividade que o CTA, através do ITA, volta-se, hoje, com profundo interesse, para a imediata efetivação, na área de São José dos Campos, de um Colégio Técnico orientado para o trabalho, de onde deverão sair gerações de profissionais altamente qualificados, na difícil especialidade das técnicas industriais de Aeronáutica.

Assim, na Aeronáutica, orgulhamos-nos, sinceramente, de estar empenhados por inteiro, em buscar atender à recente convocação do Exmo. Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, feita em Bagé aos seus "conterrâneos e a todos os brasileiros para uma batalha em que se joga os destinos deste País: A Batalha do Desenvolvimento Nacional iniciada em 1964; a batalha em que a vontade de 90 milhões de pessoas assume a decisão de trabalhar pelo bem comum; a batalha em que, no ato final da vitória, os brasileiros vão fazer o transplante da grandeza do Brasil da Geografia para a História, dando à Nação autênticos padrões morais, sociais, econômicos e políticos que representam nossa verdadeira forma de viver".

SEGURANÇA NACIONAL

Finalizando, o Marechal Márcio de Souza e Mello, Ministro da Aeronáutica, afirmou, categóricamente, que "Segurança Nacional no Desenvolvimento são questões intimamente ligadas. Contudo, o importante é ter em vista que a segurança nacional, ainda que essencial, não é um fim em si mesma, mas um meio para se alcançar o desenvolvimento e o consequente bem-estar geral".

Nos depoimentos até agora concedidos para esta série de entrevistas, sentimos cada vez mais a unidade de esforços organizados e coordenados dos dirigentes desta Nação, imbuídos

do mais alto objetivo para a rápida Integração Sócio-Econômica do Brasil dentro do Projeto Nacional de Desenvolvimento de Sua Excelência, Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici.

ARTIGO INTITULADO "MARINHA E A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO", PUBLICADO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE 26-3-70, RESULTANTE DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. MINISTRO DA MARINHA, ALMIRANTE-DE-ESQUADRA ADALBERTO DE BARROS NUNES, AOS JORNALISTAS FLÁVIO CASTELLAR E GERALDO BORGES, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 4, DE 1970, DE AUTORIA DO SR. VASCONCELOS TORRES, APROVADO NA SESSÃO DE 6-4-70.

MARINHA E A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Retomada do Desenvolvimento

O Ministro Adalberto de Barros Nunes afirmou que, assim como ocorre nos demais setores prioritários ou essenciais à grande tarefa nacional, o desempenho cabal e consciente do que se comprehende como responsabilidade da Marinha, perante o presente e o futuro do País, exige intensiva e rigorosa participação de todos os fatores disponíveis, o aprimoramento dos sistemas relacionados com a sua utilização, a implantação de instrumentos modernos, eficientes e econômicos, um elevado grau de adestramento e integral devotamento do nosso pessoal, de forma que o esforço e a dedicação possam suprir as deficiências e insuficiências dos recursos existentes, quando confrontados com as dimensões de nossa costa marítima, de nossas vias fluviais, de nossos compromissos e das tarefas que lhe são inerentes.

Considerando-se ainda o relevante papel que representaram as Fôrças Armadas no esforço de retomada do desenvolvimento e que, com a mesma ênfase, representarão nesta corrida para um crescimento substancialmente mais rápido que o das demais nações, faz-se mister se empreguem todos os meios disponíveis, efetivamente integrados no Programa de Governo, visando a impulsionar o processo econômico-social, mercé de uma devotada participação nas áreas que se constituem nas grandes prioridades, sujei-

tas a uma ação renovadora e de impacto no atual desafio do desenvolvimento brasileiro.

Planejamento

O Ministro da Marinha destacou que, para a rápida Integração Sócio-Econômica do Brasil, a participação da Marinha se dará, então, através da execução do seu Plano Diretor, que constitui um sistema permanente de planejamento, coordenação e controle de suas ações operativas e administrativas, orientadas no cumprimento — econômico e eficiente — de sua destinação constitucional, de sua missão e de suas tarefas específicas, em harmonia com as Bases do Programa de Governo — aliás, já o primeiro documento elaborado dentro desta sistemática, em meados da década anterior, analisava com profundidade o problema do reaparelhamento do material flutuante da Armaada, cuja situação exigia uma ação pronta e enérgica, conforme se procurou equacionar através de um Programa de Construção Naval.

É evidente que uma Marinha capaz de atender a todas as necessidades do País, conferindo-lhe um alto grau de confiança em qualquer eventualidade e assegurando-lhe posição de destaque dentre as grandes potências mundiais, está completamente fora das possibilidades financeiras nacionais mínimas de meios navais, que sejam capazes de garantir uma razoável possibilidade de defesa, o cumprimento das obrigações constitucionais e internacionais, bem como o atendimento satisfatório das tarefas e ações a empreender.

Plano Diretor

Continuando, o Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes fez uma completa exposição sobre o Plano Diretor da Marinha, apresentando as principais Metas Prioritárias que são as seguintes:

Construção Naval

A Marinha desenvolve no presente momento um Programa de Construção Naval, que é uma legítima expressão da capacidade realizadora da Revolução de 31 de Março. Um programa de renovação dos seus meios flutuantes constituía uma antiga aspiração, que só veio a se concretizar com as novas atitudes e as novas práticas administrativas trazidas pelos

governos da Revolução. Na sua fase atual, o Programa está sendo conduzido através da ação conjunta dos Ministérios da Marinha, do Planejamento e da Fazenda, de tal modo que as pretensões da Marinha, em questão de navios e equipamentos, são analisadas pelos dois outros Ministérios para que seu atendimento seja planejado e programado sem interferir com os grandes programas de investimentos para o desenvolvimento e sem criar pressões inflacionárias para a economia.

O Programa de Construção Naval da Marinha nasceu da necessidade que sentiram os chefes navais de melhor adequá-la às necessidades da defesa do País no mar. Embora poucos brasileiros o percebam, o Brasil é um País cuja vida depende do uso restrito das vias de transporte marítimo internacional e de cabotagem. Esse fato foi posto em dolorosa evidência pela Segunda Guerra Mundial, quando as grandes cidades brasileiras conheceram momentos semelhantes aos sítios da História, por causa das deficiências de abastecimento causadas pelo cerceamento ao pleno uso dos mares, que então ocorreu.

No presente momento, encontra-se em fase final a negociação para a construção de seis fragatas para a Marinha. Serão navios muito bem dotados para o combate à ameaça submarina. Serão capazes de escoltar comboios constituídos com os navios mercantes de tipo moderno, de alta velocidade. Em virtude da orientação técnica adotada pela Marinha ao formular as características dos navios que vai encomendar, as fragatas serão especialmente adequadas a uma manutenção por meio de uso de componentes e sobressalentes produzidos pela indústria nacional. Dependendo de negociações ainda não ultimadas, é até provável que seus motores de propulsão principal, que serão Diesel, possam ser manufaturados no Brasil, para os navios que vierem ser aqui construídos. A atual etapa do programa de fragatas prevê a construção de quatro navios em estaleiro brasileiro. As fragatas classe "Nictheroy" serão navios perfeitamente contemporâneos com os das outras marinhas. Com elas, a Marinha Brasileira deixará de guarnecer navios de segundo time e, embora com contingentes menores do

que os das marinhas de nações maiores, comparecerá à defesa dos mares do Brasil com navios tão bem dotados como qualquer outros em serviço idêntico. Um detalhe interessante deste aspecto de modernismo das nossas fragatas é o de que elas serão dotadas de motores Diesel de alto desempenho e turbinas de combustão interna para a sua propulsão. Os motores Diesel serão usados nos regimes de velocidade de cruzeiro e as turbinas de combustão interna os substituirão para os regimes de alta velocidade. Essas turbinas serão idênticas às empregadas em aviões a jato, sendo máquinas compactas e de alta potência. O armamento das fragatas classe "Nictheroy" será moderno e adequado à missão a que se destinam os navios. Incluirá mísseis do tipo mais atualizado e o seu comando fará uso de equipamento de processamento de dados, para tornar mais eficiente a sua atuação. Muitos dos equipamentos eletrônicos e m b a r c a d o s nesses navios serão produzidos no país. As seis fragatas atualmente em negociações constituem também a primeira etapa do programa, que no futuro abrangerá um número maior de navios, para os quais está prevista uma participação crescente dos estaleiros e da indústria subsidiária nacional.

Pesquisa

Muitos países em desenvolvimento alardeiam um grande amor à Pesquisa. O mais das vezes o entusiasmo é falso, decorativo, hipócrita: paga-se à Pesquisa um tributo nominal, um "lip-service", pois a Pesquisa está na moda, pois é de bom tom acreditar nela. E digo isso com convicção, porque na verdade quando um país começa a acreditar **realmente** em pesquisa, já não é subdesenvolvido, e em pouco tempo o demonstrará.

Pesquisa não é um edifício, por mais moderno e sofisticado. Tampouco uma polpuda verba, ou um laboratório rutilante. É uma atitude do espírito humano, a um tempo compenetrado de sua onipotência e consciente de suas tristes limitações. Pesquisa é um homem que, na sua humildade, trava a única, a verdadeira batalha da Espécie: a conquista da Natureza.

Nossa Natureza é o Trópico; nossas águas, as águas tropicais. Ciência e

Tecnologia universais foram sobretudo a aplicação do homem das zonas temperadas aos problemas das zonas temperadas. Nosso problema é inédito. É a conquista da desconhecida Natureza Tropical. Sustento que bem mais difícil do que chegar à Lua é conquistar, por exemplo a Amazônia. Pois havia, à disposição do homem, e desde Kepler, mais informação básica sobre a Lua do que informação básica sobre a Amazônia. Também o Mar Tropical tem caracteres únicos. Compreendê-lo é a nossa missão, pois o grande, o verdadeiro, o permanente interesse científico da Marinha é conhecer mais o Oceano Brasileiro.

Este Instituto, que a Marinha pionieramente fez construir, é um monumento simbólico de sua fé na Pesquisa. No momento em que se decidiu a construí-lo, superou o subdesenvolvimento. Nossa Missão, dos homens e mulheres, civis e militares, que aqui labutam, é fazê-lo cada vez menos monumental e mais vivo, cada vez mais ativamente empenhado na grande batalha permanente de nossa carreira, na grande batalha sem trégua do Desenvolvimento.

Projeto Cabo Frio

É o sonho dourado do Instituto de Pesquisas da Marinha. Longe de ser, como parecerá a alguns, uma extravagância industrial, é a culminação de um esforço de muitos anos, de praticamente todo o esforço oceanográfico da Marinha. Ele se iniciou com o velho Almirante Saldanha ainda veleiro, empregado no Ano Geofísico Internacional, quando coube à Marinha realizar praticamente toda a tarefa do Brasil naquele certame internacional, fazendo um reconhecimento intensivo das condições oceanográficas de nossa metade do Atlântico Sul. Com efeito, muito embora fossem ainda muito precários os meios, os conhecimentos científicos, o treinamento do pessoal, o Almirante Saldanha não apenas realizou a tarefa que lhe era cometida, comparando os resultados obtidos com aqueles do Meteor e do Discovery de demonstrar o axioma básico da Oceanografia — a relativa imutabilidade das águas profundas — mas também, determinou os três mecanismos básicos de

fertilização de nossas águas e sua conseqüência militar mais essencial: a formação da termoclina.

Os três mecanismos básicos da fertilização eram a ressurgência, na costa sul, a invasão hibernal da mesma costa pela Corrente das Malvinas (enriquecida com águas do Rio da Prata) e as ondas internas equatoriais.

Os dois primeiros mereceram toda a atenção do navio, depois de modernizado; e pôsto lhe coubessem viagens de prospecção também em outros pontos da costa, continuaram as viagens de rotina para a realização de perfis oceanográficos na costa sul.

Coube ao Instituto de Pesquisas da Marinha aprofundar-se no mecanismo da ressurgência e reconhecer, por modelo matemático, a importância daquela, permanente, de Cabo Frio, para a nossa oceanografia.

Mas, se o mecanismo físico da fertilização é bem compreendido, bem pouco se conhece de seus caminhos biológicos. A razão principal é que a diatomácea, o mais importante produtor primário das águas temperadas, é relativamente rara nas águas tropicais; e, dificilmente, os dinoflagelados poderiam explicar a produtividade de tais águas. Cumpre ainda descobrir o principal produtor primário e as cadeias alimentares que conduzem ao peixe. Qual o rendimento desse produtor primário? E não seria possível, com o enriquecimento constante das águas superficiais e as águas profundas, ricas em silicatos, substituir o produtor primário pela diatomácea, de produtividade certamente superior?

Esta seria uma experiência que dificilmente se justificaria por si só. A razão é que, não existindo no mar propriedade privada, dificilmente se conseguiria um investidor suficientemente altruista para lançar os seus recursos numa experiência da qual, se benefício resultasse, seria benefício de todos. Fêz, então, o Instituto estudar, pelo Engenheiro Naval Leonel Montandon Braga, as várias utilizações possíveis de uma água fria aspirada em Cabo Frio, para que a experiência saísse, na realidade, de graça. O novo processo de dessalinização da água do mar, desenvolvido pelos engenheiros da Colt Industries

(Fairbanks Morse) e de Israel, o Vacuum Freezing Vapour Compression Method, revelou-se o mais vantajoso: ele permite, com água profunda aspirada, produzir gelo e salmoura, ambos produtos de grande interesse comercial para uma região rica em perspectiva de desenvolvimento pesqueiro e produtora de sal e derivados. Uma parte da água aspirada se destina a condensar o vapor produzido, para sua conversão em água doce. Essa água aspirada, portanto, se aquece; e, se lançada às enseadas interiores do Cabo Frio, mantém-se flutuante, e, portanto, exposta à luz. Isto propiciará a um grande número de cientistas das variadas especialidades, meteorologistas, oceanógrafos, biólogos, comparar as condições de produção atuais, anteriores à experiência, com as condições posteriores; experimentar culturas como, por exemplo, de mexilhões e ostras; e, permitirá mais que, usando como auxiliares, como trabalhadores, estudantes que se especializam em Ciências do Mar, criar uma Universidade viva, em que os alunos são pagos a trabalhar, e para, por sua vez, custear os seus estudos.

Plano Habitacional e Educação

No Campo da Infra-estrutura Social, engajou-se a Marinha no Plano Habitacional do Governo, que cogita da ampliação do número de unidades residenciais de forma a reduzir o flagrante deficit existente. Assim, deverão ser construídas cerca de 3.400 unidades funcionais, nas adjacências das Bases e Estabelecimentos mediane convênios celebrados com as Caixas Econômicas Federais dos Estados e do Distrito Federal. Além disso, vêm sendo implementadas as facilidades de aquisição da casa própria pelo pessoal da Marinha, através financiamento do BNH, em coordenação com a Caixa de Construção de Casas do Pessoal do Ministério da Marinha. A Rêde Escolar da Marinha, os Serviços Assistenciais da Armada e a Rêde Hospitalar de Marinha continuarão cooperando nos Setores da Educação e Saúde, de grande prioridade para o nosso desenvolvimento, promovendo a elevação do nível de escolaridade, a preparação e o aperfeiçoamento de profissionais de vários ramos da atividade civil e da Marinha Mercante, além de atender ao aspecto sa-

nitário de mais de 200.000 brasileiros em diversos pontos do nosso território.

Ainda, em consonância com o Governo Federal no grande esforço que vem desenvolvendo no setor educacional, tomou recentemente uma série de providências com o escopo de elevar o nível intelectual de seu pessoal. Assim, podemos citar entre outras as seguintes medidas:

- implantação do curso de Engenharia de Operação na Escola Naval, a partir de 1969. Nos dois últimos concursos realizados, a procura aumentou consideravelmente demonstrando a grande receptividade por parte dos jovens que pretendem seguir a carreira naval;
- introdução do Artigo 99 nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros — a ser iniciada este ano com a EAM da Bahia;
- criação da Escola de Formação de Sargentos — já tendo preparado duas turmas, revelando um elevado índice de aproveitamento dos novos sargentos. Dentro da nova política de formação do seu pessoal, a Marinha anualmente irá licenciar parte daqueles que não lograrem classificação em concurso de admissão à Escola de Formação de Sargentos, entregando destarte à vida civil especialistas com certa experiência, permitindo a sua integração total nos diversos setores industriais do País;
- encontra-se em estudo pela Diretoria de Ensino da Marinha a viabilidade da implantação do Artigo 99 por correspondência a fim de permitir àqueles que viajam um meio de estudo.

Abastecimento

Alem da indispensável participação da Marinha nas atividades de Segurança à Navegação, o que por si representa valioso apoio ao meio mais econômico de Transporte, releva considerar-se a grande ênfase no preparo e formação de pessoal especializado necessário a guarnecer a frota Mercante, a utilização dos diversos, navios da Fôrça de Transporte da Marinha como meio auxiliar desse Setor

no campo da cabotagem, atingindo a mais favorável repercussão no abastecimento de regiões principalmente do Norte-Nordeste brasileiro. Por outro lado, o desenvolvimento das atividades oceanográficas, ainda incipientes, já demonstrou a viabilidade econômica dos respectivos projetos que contribuirão significativamente para o desenvolvimento brasileiro através da localização de áreas marítimas favoráveis à pesca e à prospecção de petróleo (plataforma continental), incluindo-se a evolução dos métodos de captura e dos conhecimentos da biologia marinha. Para o desenvolvimento deste projeto, de enorme interesse para a Pesquisa Científico-Econômica, devemos construir pelo menos mais um navio especializado e para tanto não poderá a Marinha prescindir do decidido apoio dos órgãos setoriais específicos, no caso, o Conselho Nacional de Pesquisas e a Petrobrás.

Desenvolvimento Tecnológico

Finalizando o Ministro Adalberto de Barros Nunes advertiu que a propósito deve ser evidenciada a mentalidade que se procura sedimentar nos diversos setores e escalões da Marinha, compatível com o atual estágio do desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, há que se perseguiam Metas menos timidas e mais ambiciosas, queimarem-se etapas intermediárias, raciocinarmos com misseis a bordo dos nossos navios, ampliarmos o programa de nacionalização de itens essenciais de armamento, pensarmos afinal em protótipos nacionais, usando uma capacidade própria que já não é privilégio de outros povos, conforme vem demonstrar a recente vitória por nós alcançada ao fabricarmos com sucesso munição para canhão de médio calibre. Teremos que dar mais ênfase às pesquisas que vimos realizando no campo científico-tecnológico, através de projetos implementados pela própria Marinha, pela indústria nacional ou por ambas em estreita cooperação, estando dentre os primeiros, os projetos dos Sistemas Omega de Navegação e de Telemetria, Sintetizador de Marés, Sonar de Pesca, Espolétas VT e Lógica do Limiar; dentre os vinculados à indústria particular, encontram-se diversos projetos de desenvolvimento de equipamento eletrônico

utilizado nas comunicações entre unidades navais, terrestres e aéreas, vitais às operações e à administração; e, como exemplo de projetos que integram esforços conjuntos Governo-Indústria Privada, são característicos aqueles que vêm provendo a implantação progressiva, no Brasil, do armamento indispensável às Fôrças Navais e da respectiva munição.

Este é mais um depoimento que vem contribuir diretamente para a conscientização e responsabilidade de todo o povo brasileiro na compreensão para a luta pela rápida integração sócio-econômica do Brasil, dentro do Projeto Nacional de Desenvolvimento do Presidente da República.

ARTIGO INTITULADO "DOCTRINA POLÍTICA DE POTÊNCIA", DE AUTORIA DO GENERAL CARLOS DE MEIRA MATTOS, PUBLICADO NO CORREIO BRAZILIENSE DE 1.º-4-70, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 8, DE 1970, DE AUTORIA DO SR. VASCONCELOS TORRES, APROVADO NA SÉSÃO DE 6-4-70.

DOCTRINA POLÍTICA DE POTÊNCIA

1. Política de Objetivos

Tentando uma interpretação filosófica da Revolução de 31 de março, nos idos de 1965, por ocasião de seu primeiro aniversário, chegamos à conclusão que precisávamos muito mais de nos fixarmos numa doutrina política do que nos estendermos em especulações sobre sua filosofia. Isto porque, não havia na liderança revolucionária naquela época, como não há hoje, nenhuma voz discordante sobre a filosofia democrática da Revolução. Fizemos a Revolução para, dentro da concepção de vida democrática, dentro de um estilo existencial democrático, dentro de uma moral e uma ética democráticas, erigirmos uma sociedade desenvolvida, superando todos os fatores adversos oriundos de nosso gigantismo geográfico e de nosso atraso sócio-econômico.

Estava, portanto, clara a filosofia democrática da Revolução; o que urgia aos homens do Governo de então, chefiados pelo ex-Presidente Castello Branco, era definir e implantar uma doutrina política revolucionária, isto é, instrumentar nossa filosofia democrática com uma dinâmica de ação política que definisse onde queríamos chegar, o que fazer e como fazer; enfim, o premente era fixar uma políti-

ca de objetivos claros e definidos, marcando etapas sucessivas para alcançá-los.

Dizíamos por ocasião do 1.º Aniversário da Revolução, em artigo publicado sob título "Pensamento Revolucionário Brasileiro":

"O fato de sermos democratas de nossa Revolução ser democrática, apenas, não nos fornece o instrumental para imprimir um rumo político ao Governo revolucionário. É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento de ação política. Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembargadamente, as pernas e os braços. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dá a força motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária".

Foi o ex-Presidente Castello Branco buscar as bases de formulação da doutrina política revolucionária nos laboratórios da Escola Superior de Guerra, onde ele já militara, centro de estudos políticos e estratégicos que desde 1949 vinha com seriedade e critério científico procurando formular as linhas mestras de uma política nacional à altura dos mais altos interesses e aspirações nacionais.

A formulação da doutrina política da Revolução baseou-se, fundamentalmente, na eleição dos Objetivos Nacionais, na sua interpretação e no estabelecimento de uma estratégia para alcançá-los ou preservá-los.

Entre os nove Objetivos Nacionais eleitos,

- Independência,
- Soberania,
- Integridade territorial,
- Prestígio Internacional,
- Integração Nacional,
- Prosperidade Nacional,
- Democracia,
- Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade e
- Paz Social,

dois foram considerados **objetivos-criticos**, — Integração Nacional e Prosperidade Nacional — e para sua consecução foi montada a Política de Desenvolvimento. Outros objetivos como

— Democracia, Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade e Paz Social — cujo fortalecimento depende, essencialmente, do êxito da Política de Desenvolvimento, e que são os alvos principais da antrevolução e da subversão, mereceram o conceito de objetivos a defender, e passaram a constituir a principal preocupação da Política da Segurança.

Os objetivos — Independência, Sobremania, Integridade Territorial e Prestígio Internacional — não contestados e por isso mesmo não exigindo um esforço de afirmação imediata, foram considerados objetivos a preservar. Sua valorização, subordina-se igualmente ao sucesso da Política de Desenvolvimento baseada na conquista dos dois objetivos críticos.

Como se deduz facilmente desta resumida análise, a estratégia política da Revolução está baseada na conquista dos dois objetivos nacionais críticos e o instrumento dessa estratégia é a Política de Desenvolvimento.

Os seis anos de Revolução que hoje comemoramos revelam uma admirável continuidade de orientação doutrinária e administrativa. Os três governos sucessivos — Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici — mantiveram e mantêm o esforço principal na consecução da Política de Desenvolvimento. Cada um desses três governos ajustou seus programas às necessidades conjunturais prementes e à evolução do processo de desenvolvimento, sem nunca se afastar das linhas mestras da estratégia revolucionária geral. Assim é que Castello Branco se viu obrigado a concentrar-se no saneamento das finanças e no planejamento de uma estratégia para o desenvolvimento; Costa e Silva, recebendo uma situação financeira mais aliviada, pôde acelerar o desenvolvimento, particularmente nos setores dos transportes e dos incentivos às áreas críticas — Nordeste e Amazônia. Já o Presidente Médici reajusta seu programa de prioridades dentro da mesma estratégia desenvolvimentista, marcando como metas prioritárias:

- Revolução na Educação e na Saúde;
- Revolução na Agricultura e no Abastecimento;

- Aceleração no Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
- Fortalecimento do Poder da Competição da Indústria Nacional.

Estes seis anos de Revolução nos deram no campo da política econômico-financeira uma perspectiva de desenvolvimento ordenado e equilibrado. Foram vencidas as três principais calamidades herdadas pela Revolução: A imoralidade dos governantes, a hiperinflação e a desordem administrativa. O crescimento do produto interno bruto (PIB) está superando os índices previstos numa expectativa muito animadora.

Poderemos já, recém-saídos do caos, pensar numa política de potência? Poderá a Revolução, baseada nos êxitos já alcançados e na perspectiva favorável, estruturar-se para uma política de potência? É o que vamos tentar responder.

2. Conceito de potência

Não resta dúvida de que possuímos atributos geográficos e demográficos de potência. Somos no mundo o 4º estado no que tange à massa territorial compacta, precedidos apenas pela União Soviética, China e Canadá. Os Estados Unidos, sem o Alaska e o Havaí, cujos territórios não têm continuidade com a grande massa continental norte-americana, são menores que o Brasil. Nossa população, de aproximadamente 90 milhões, tangida por uma taxa de crescimento anual de 3%, alcançará no liminar do ano 2.000 a casa dos 200 milhões. Entretanto, êsses valores geográficos e demográficos, apenas, não fazem a potência.

No dizer de Kjéllén três são os atributos principais de uma grande potência — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna. O geopolítico sueco, da escola alemã, viveu numa época em que fatores de capacidade industrial e técnico-científica não pesavam tanto na avaliação das potencialidades políticas. Por isto, o seu critério de valores, à luz de nossos dias, carece de uma acentuação maior que deveria ser dada à capacitação do poder econômico-industrial. Submetido o Brasil ao instrumento de avaliação de Kjéllén, não há dúvida que veríamos uma confirmação do acerto da Revolução dando

alta prioridade à política de desenvolvimento. Pois, se de um lado, não nos falta espaço geográfico, não há dúvida que a nossa liberdade de movimentos e coesão interna só atingirão níveis de potência, se superarmos os objetivos de Integração Nacional e de Prosperidade Nacional.

Mais moderno que Kjéllén, o nosso contemporâneo Arnold Toynbee conceituava como potência, "uma força a política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que a sociedade que lhe serve de base."

O eminent historiador e sociólogo inglês, mestre da nova escola baseada na filosofia da história, avalia a potência pelo efeito de extrapolar poder. O conceito sintético de Toynbee, analisado pelo escritor francês Tibor Mende, é assim desdobrado:

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve exercer-se sobre um vastíssimo território;
- deve dispor de imensas reservas de matéria-prima e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe fabricar, em grande quantidade, armas modernas de alto custo, e de ceder gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multirraciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

O desdobramento do conceito "toynbeano" por Tibor Mende revela a influência das realidades oferecidas pelas duas atuais grandes potências — Estados Unidos e União Soviética — na composição de sua análise. Podemos discordar das conclusões de Tibor Mende, mas será difícil se discordar do juizo de Toynbee — de que o que caracteriza a potência moderna é a capacidade de exercer um poder coordenador sobre área maior que a

de seu próprio território. Esse poder coordenador não terá que ser, obrigatoriamente, político e militar. Poderá ser, predominantemente, econômico ou ideológico.

Vejamos agora o que dizem sobre nosso País os Senhores Herman Kahn e Anthony Wiener no seu livro "O Ano 2.000".

Há duas ordens de apreciação, aparentemente contraditórias, sobre o Brasil no livro recente dos dois futurólogos. A primeira, em termos de poder político, nos encara com relativo otimismo. Coloca-nos como uma das prováveis novas grandes potências do início do século XXI (Tabela X, pág. 55, da tradução brasileira "O Ano ... 2.000").

Em seguida, em termos de poder econômico, tomando como instrumento de medida o Produto Interno Bruto (PIB), a nossa posição aparece bastante inferiorizada como veremos a seguir.

Apresentam os futurólogos do Instituto Hudson, para o limiar do próximo século, as nações do mundo repartidas entre seis grupamentos, diferenciados pelo estágio de desenvolvimento atingido:

1. Pós-Industrial (de 4.000 a 20.000 dólares per capita),
2. Pós-Industrial Inicial (cerca de 4.000 dólares per capita),
3. Consumo em massa (de 1.500 a 4.000 dólares per capita),
4. Industrial (de 600 a 1.500 dólares per capita),
5. Parcialmente Industrializado ... (200 a 600 dólares per capita),
6. Pré-Industrial (50 a 200 dólares per capita).

Os estudiosos do Instituto Hudson situam o Brasil no início do ano 2.000, no grupamento 5, das nações parcialmente industrializadas, com uma população de 210 milhões e renda per capita inferior a 600 dólares.

No grupamento 1, das nações que alcançaram o tipo de sociedade Pós-Industrial encontram-se apenas os Estados Unidos, Japão, Canadá, Escandinávia, Suiça, França, Alemanha Ocidental e Benelux. A União Soviética, com Reino Unido, Itália, Áustria, Alemanha Oriental, Checo-Eslováquia,

Israel, Austrália e Nova Zelândia, encontram-se no grupamento 2, no estágio Pós-Industrial Inicial.

Entre as nações latino-americanas, as previsões do Instituto Hudson destacam a Argentina e a Venezuela no grupamento 3, das sociedades de consumo em massa. No grupamento 4, dos países totalmente industrializados, encontram-se o México, Uruguai, Chile, Cuba, Colômbia e Peru.

Como se vê, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o Brasil nas previsões dos senhores Kahn e Wiener figura em posição pouco favorável, mesmo no contexto da América Latina.

Referimo-nos, anteriormente, a uma certa contradição que se pode extrair dos estudos de Kahn e Wiener, contradição que, de resto, está contida na própria realidade brasileira. Nosso País, imenso, economicamente desequilibrado entre áreas industrializadas e áreas extremamente subdesenvolvidas, tangido por uma taxa de crescimento demográfico exagerada para a nossa capacidade econômica, não é País que resista a um raio X de computador. E os futurólogos do Instituto Hudson avaliam progresso e desenvolvimento jogando no computador os números frios do PIB, da taxa de crescimento populacional, dos coeficientes de tendências simples e múltiplas. Não podem lançar no computador as forças animicas capazes de superar esses números e inverter as expectativas. Não podem traduzir em números as forças emanantes da potencialidade geográfica. Nós sentimos no desenvolvimento do Brasil de hoje a presença dessas forças animicas e físicas que os autores do "O Ano 2.000" também devem ter percebido nas suas avaliações, tanto assim que, em que pesem as previsões pessimistas no tocante à nossa posição econômica no início do século, não nos regatearam o reconhecimento de podermos vir a figurar entre uma das novas potências dessa mesma época, ao lado do Japão, China, México, e Índia.

Sirva-nos porém de advertência a inferiorização de nossa posição no quadro das nações de maior desenvolvimento econômico no começo do secéculo. Tomemos como um desafio a necessidade de desmentir as respon-

tas dos computadores do Instituto Hudson. Para isto, teremos que mostrar capacidade de lançar nesses computadores novos valores de PIB e talvez menores índices de crescimento populacional, a fim de que todo o nosso esforço de desenvolvimento não se dilua demasiadamente, impossibilitando a impulsão de um processo de investimentos cada vez mais vigoroso.

Em síntese, como idéias e conceitos de potência, vimos os pensamentos de Kjellen, Toynbee, Tibor Mende, Herman Kahn e Anthony Wiener. Balanceando esses conceitos, à luz da fórmula "Kjelliana" de que os atributos da potência são — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna — podemos concluir que, para alcançarmos uma posição de potência, no mundo moderno, precisaremos superar nossas deficiências nos dois últimos fatores. Precisaremos ampliar a nossa liberdade de movimentos através de uma ofensiva sem precedentes nos setores dos transportes, energia e telecomunicações, e tudo com uma visão interna e internacional. No mundo moderno, liberdade de movimentos é o poder de estar presente em todas áreas de interesse político nacional. É o poder de comerciar em dimensões mundiais. Deveremos ainda, fortalecer a nossa coesão interna, no campo da unidade espiritual, da educação, da ciência e da cultura moderna. Será necessário criar uma elite política nacional com forte poder de liderança e elites especializadas capazes de irradiarem cultura, ciência e técnica.

Mas, como alcançar tudo isto, como realizar o conceito de potência de Toynbee referente à "Capacidade de exercer um poder coordenador num campo de ação maior do que o seu território", se não fôr superado o fantasma da nossa fraqueza econômica?

3. Como chegar a potência

Num esforço de conceituação da Doutrina Política Revolucionária, baseada nos objetivos nacionais, assim apresentariamo:

- Conquistar a todo o custo e a curto prazo a integração nacional e a prosperidade nacional;
- Defender obstinadamente o estilo de vida democrático do povo brasileiro, os valores morais e espirituais sobre os quais se assen-

tam as bases da nacionalidade e a paz social;

— Preservar e Valorizar a independência, a soberania, a integridade territorial e o prestígio internacional da Nação Brasileira.

A dinâmica da Doutrina está nos objetivos a conquistar a todo o custo e a curto prazo — integração nacional e prosperidade nacional — instrumentada numa Política de Desenvolvimento. Seremos capazes de realizar este "a todo o custo e a curto prazo" com a impulsão e as dimensões exigidas por uma estratégia de potência?

Ao invés de nos perdermos em análises de possibilidades abstratas preferimos resumir o que já conseguimos concretamente no período revolucionário de 1964/70. A avaliação do que realizamos nos dará a medida daquilo que seremos capazes de realizar daqui por diante.

No tocante ao PIB, a administração revolucionária elevou de zero para 7% a taxa de crescimento. Reduziu de 100% para 20% a taxa de inflação. Aumentou de 30% o nível de emprego industrial. No campo educacional aumentou de 90% os números de matrículas no ensino médio e de 110% no ensino superior. O Brasil gasta atualmente com Educação 4 bilhões de cruzeiros por ano, o dobro do que empregava em 1960. Nos seis anos de Revolução, a rede de rodovias pavimentadas cresceu de 50%, a tonelagem produzida na indústria de construção naval de 300%, a capacidade instala-

da de energia elétrica de 40% e a produção de petróleo de 60%. No desenvolvimento das regiões — problemas (Nordeste e Amazônia) os investimentos atingiram no ano passado a cifra de 3,4 bilhões de cruzeiros novos, ou seja 140% do financiamento externo líquido concedido à América Latina pelo conjunto de todas as instituições financeiras internacionais.

O Plano de Habitação Nacional está construindo 200.000 residências por ano e gerando de 150.000 a 200.000 novos empregos.

Os dados estatísticos acima valem por uma amostra da capacidade realizadora dos governos revolucionários. Permitem-nos ser otimistas, em que pesem as dimensões gigantescas de nossos problemas. Sugerem-nos confiança em nossa capacidade de ultrapassar as previsões dos futurólogos de computador, acelerando nossa industrialização e impulsionando nossa entrada, antes do esperado, no rol das sociedades de consumo em massa, com uma taxa de renda per capita acima de 1.500 dólares.

As previsões do Ministério do Planejamento, dentro de uma perspectiva de crescimento do PIB de 8% a 9% ao ano, são de que, em 1980 estaremos com o PIB no valor de 80 bilhões de dólares e a população de 120 milhões. Se esta meta for alcançada teremos elevado em 10 anos a renda per capita de 300 para 800 dólares, conquistando já o estágio de país industrializado e superando profundamente as previsões de Kahn e Wiener,

que nos colocaram no ano 2.000, isto é, 20 anos depois, com uma renda per capita inferior a 600 dólares. Se no decênio que ora se inicia mostrarmos aptidão para tal salto, teremos consolidada nossa economia e os dois décenios seguintes 1990 e 2.000 serão marcados por um ritmo de desenvolvimento muito mais forte.

Esta arrancada não se fará sem uma elite revolucionária coesa, disciplinada e consciente do esforço e dos sacrifícios que dela se espera. Há de ser uma elite moderna, do tipo élite estratégica, como a classifica Susanne Keller no seu livro "O Destino das Elites", formada de políticos esclarecidos, especialistas competentes e técnicos superiores, dotados de alma e de espírito missionário e imbuídos dos princípios de doutrina política revolucionária representados pela

- austeridade,
- eficiência administrativa,
- dinâmica de ação política,
- produtividade,
- liberdade com responsabilidades,
- livre empresa,
- paz social
- e respeito à dignidade da pessoa humana.

Superada nossa debilidade econômica, aí sim, teremos um poder nacional suficientemente forte para realizar o nosso destino de grandeza. Teremos alcançado as projeções de potência.

M E S A

Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)
 1.º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)
 2.º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)
 1.º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)
 2.º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)
 3.º-Secretário: Paulo Torres (ARENA — RJ)
 4.º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN)
 1.º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)
 2.º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)
 3.º-Suplente: Domicílio Gondim (ARENA — PB)
 4.º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
 Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI)
 Eurico Rezende (ARENA — SC)
 Antônio Carlos (ARENA — SC)
 Guido Mondin (ARENA — RS)

DO MDB

Líder: Aurélio Vianna (GB)
 Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC)
 Bezerra Neto (MT)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	Benedicto Valladares
Ney Braga	José Guiomard
Atílio Fontana	Júlio Leite
Teotônio Vilela	Menezes Pimentel
Milton Trindade	Clodomir Millet

MDB

José Ermírio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Nogueira da Gama

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	Mello Braga
José Leite	José Guiomard
Benedicto Valladares	Adolpho Franco
Vasconcelos Torres	Lobão da Silveira
Teotônio Vilela	Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama	José Ermírio
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna
COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC	
COMPOSIÇÃO	

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	José Leite
Antônio Carlos	Eurico Rezende
Mello Braga	Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres	Carvalho Pinto
Mem de Sá	Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Adalberto Sena	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Petrônio Portella	Mem de Sá
Milton Campos	Benedicto Valladares
Antônio Carlos	Júlio Leite
Carvalho Pinto	Milton Trindade
Eurico Rezende	Adolpho Franco
Gilberto Marinho	Filinto Müller
Carlos Lindenberg	Dinarte Mariz
Arnon de Mello	Flávio Brito
Clodomir Millet	Vasconcelos Torres
Moura Andrade	Guido Mondin

MDB

Antônio Balbino	Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto	Nogueira da Gama
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Dinarte Mariz	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Mello Braga
Petrônio Portella	Teotônio Vilela
Atílio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Guido Mondin	Menezes Pimentel
Antônio Fernandes	Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Oscar Passos

Bezerra Neto
Argemiro de Figueiredo

MDB

Adalberto Sena
José Ermírio

COMISSÃO DE ECONOMIA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Mem de Sá	José Leite
Carlos Lindenbergs	Filinto Müller
Júlio Leite	Antônio Carlos
Teotônio Vilela	Petrônio Portella
Ney Braga	Eurico Rezende
Atílio Fontana	Arnon de Mello
Cattete Pinheiro	Flávio Brito
Duarte Filho	Milton Trindade
MDB	
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Nogueira da Gama	José Ermírio
Pessoa de Queiroz	

COMISSÃO DE FINANÇAS

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Carvalho Pinto	Carlos Lindenbergs
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Mem de Sá	José Guiomard
José Leite	Daniel Krieger
Moura Andrade	Petrônio Portella
Clodomir Millet	Milton Trindade
Adolpho Franco	Antônio Carlos
Raul Giuberti	Benedicto Valladares
Júlio Leite	Mello Braga
Waldemar Alcântara	Flávio Brito
Vasconcelos Torres	Filinto Müller
Atílio Fontana	Duarte Filho
Dinarte Mariz	Eurico Rezende

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Eurico Rezende	Benedicto Valladares
Ney Braga	Waldemar Alcântara
Duarte Filho	Teotônio Vilela
Guido Mondin	Antônio Carlos
Cattete Pinheiro	Raul Giuberti
MDB	
Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS
E POVOAMENTO

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Moura Andrade	José Guiomard
Antônio Carlos	Filinto Müller
Waldemar Alcântara	Lobão da Silveira
Milton Trindade	Victorino Freire
Flávio Brito	Petrônio Portella
Guido Mondin	Raul Giuberti
José Cândido	Daniel Krieger
Eurico Rezende	Guido Mondin

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	Júlio Leite
Milton Trindade	José Cândido
Adolpho Franco	Mello Braga
Teotônio Vilela	Arnon de Mello
Mem de Sá	Clodomir Millet

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Adolpho Franco	Celso Ramos
Victorino Freire	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Raul Giuberti
Júlio Leite	Duarte Filho

MDB

Josaphat Marinho Argemiro de Figueiredo
Aurélio Vianna

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Antônio Carlos	Mello Braga
José Leite	José Guiomard
Celso Ramos	Teotônio Vilela
Benedicto Valladares	Guido Mondin
Carlos Lindenbergs	Victorino Freire

MDB

Josaphat Marinho Oscar Passos
José Ermírio

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SÉCAS

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Clodomir Millet	Teotônio Vilela
Antônio Fernandes	José Leite
Arnon de Mello	Waldemar Alcântara
Duarte Filho	Dinarte Mariz
Menezes Pimentel	Carlos Lindenbergs

MDB

Ruy Carneiro Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo Adalberto Sena

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Daniel Krieger	Adolpho Franco
Raul Giuberti	Petrônio Portella
Antônio Carlos	José Leite
Carlos Lindenbergs	Ney Braga
Mem de Sá	Milton Campos
Eurico Rezende	Filinto Müller
Waldemar Alcântara	Guido Mondin
Carvalho Pinto	José Guiomard

MDB

José Ermírio Antônio Balbino
Aurélio Vianna

COMISSÃO DE REDAÇÃO

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Benedicto Valladares	Filinto Müller
Cattete Pinheiro	Clodomir Millet
Antônio Carlos	José Leite
Mem de Sá	Raul Giuberti

MDB

Nogueira da Gama Aurélio Vianna

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Gilberto Marinho	Carvalho Pinto
Filinto Müller	Carlos Lindenbergs
Waldemar Alcântara	Adolpho Franco
Antônio Carlos	Petrônio Portella
Mem de Sá	José Leite
Ney Braga	Teotônio Vilela
Milton Campos	Clodomir Millet
Moura Andrade	Guido Mondin
Mello Braga	José Guiomard
Arnon de Mello	Eurico Rezende
José Cândido	Dinarte Mariz

MDB

Pessoa de Queiroz	Josaphat Marinho
Aurélio Vianna	Antônio Balbino
Oscar Passos	
Bezerra Neto	

COMISSÃO DE SAÚDE

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Cattete Pinheiro	Júlio Leite
Duarte Filho	Milton Trindade
Waldemar Alcântara	José Leite
José Cândido	Flávio Brito
Raul Giuberti	Vasconcelos Torres

MDB

Adalberto Sena	Nogueira da Gama
Bezerra Neto	Ruy Carneiro

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES

Victorino Freire

José Guiomard

Ney Braga

José Cândido

Gilberto Marinho

SUPLENTES

Mello Braga

Attilio Fontana

Filinto Müller

Dinarte Mariz

Celso Ramos

MDB

Oscar Passos

Aurélio Vianna

Argemiro de Figueiredo

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES

Carlos Lindenbergs

Arnon de Mello

Victorino Freire

José Guiomard

Raul Giuberti

SUPLENTES

Celso Ramos

Petrônio Portella

Eurico Rezende

Menezes Pimentel

Mem de Sá

MDB

Ruy Carneiro

Adalberto Sena

Pessoa de Queiroz

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES

Celso Ramos

Arnon de Mello

Vasconcelos Torres

José Guiomard

José Leite

SUPLENTES

Attilio Fontana

Eurico Rezende

Carlos Lindenbergs

Lobão da Silveira

Guido Mondin

MDB

Bezerra Neto

Pessoa de Queiroz

Ruy Carneiro

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

COMPOSIÇÃO

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet

José Guiomard

Lobão da Silveira

Flávio Brito

Milton Trindade

SUPLENTES

José Cândido

Filinto Müller

Duarte Filho

Dinarte Mariz

Cattete Pinheiro

MDB

Oscar Passos

Adalberto Sena

Aurélio Vianna

ASSINATURAS DO

Diário do Congresso

(SEÇÃO II)

Devem ser solicitadas, diretamente, ao

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1503

Brasília, DF

OS PEDIDOS DEVEM SER ACCOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, -
ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRA-
SILIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

VIA SUPERFÍCIE:

semestre — NCr\$ 20,00

ano — NCr\$ 40,00

VIA AÉREA:

semestre — NCr\$ 40,00

ano — NCr\$ 80,00